

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	16
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	17
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	17
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	18
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19
8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	21
9. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	22
10. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO	25
11. INVESTIMENTO.....	26
12. IMOBILIZADO	31
13. INTANGÍVEL.....	32
14. FORNECEDORES	33
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	34
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	35
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	38
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	38
19. PROVISÕES	42
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51
21. RECEITA	52
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	54
23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	56
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	57
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	58
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	66
27. REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010.....	67
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	68
29. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	70
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	70
31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA	76
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	77
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	90
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	100

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ATIVO

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.754.516	4.424.959	428.321	656.704
Consumidores e Revendedores	5	2.220.649	2.277.907	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		406.655	366.984	-	-
Ativos Financeiros - Concessão	10	583.549	222.173	-	-
Tributos Compensáveis	6 a	389.238	357.027	6.406	8.208
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	6 b	765.986	530.325	-	-
Dividendos a Receber		-	-	421.145	1.362.451
Estoques		44.616	35.032	444	17
Outros Créditos		653.993	402.567	13.070	14.124
TOTAL DO CIRCULANTE		8.819.202	8.616.974	869.386	2.041.504
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	9	1.830.892	1.823.644	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	9	-	-	911.777	872.638
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	7 a	1.157.757	1.107.775	103.839	132.816
Tributos Compensáveis	6 a	122.748	115.200	426	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	6 b	118.771	117.732	116.398	111.469
Depósitos Vinculados a Litígios	8	910.663	693.365	191.888	153.340
Consumidores e Revendedores	5	100.117	161.239	-	-
Outros Créditos		156.533	141.069	50.755	85.351
Ativos Financeiros - Concessão	10	7.353.188	5.508.462	-	-
Investimentos	11	-	-	10.993.276	9.449.272
Imobilizado	12	8.034.341	8.302.923	1.976	1.879
Intangível	13	4.451.384	3.705.267	1.147	1.544
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		24.236.394	21.676.676	12.371.482	10.808.735
TOTAL DO ATIVO		33.055.596	30.293.650	13.240.868	12.850.239

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

PASSIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	935.632	852.195	3.852	14.275
Encargos Regulatórios	17	357.816	324.234	-	-
Participações nos Lucros		54.562	97.878	2.295	3.774
Impostos, Taxas e Contribuições	15 a	440.246	419.491	20.766	32.838
Imposto de Renda e Contribuição Social	15 b	366.859	127.108	26.808	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		487.063	953.789	487.063	953.789
Empréstimos e Financiamentos	16	3.164.135	5.878.470	19.263	23.358
Debêntures	16	3.753.217	780.576	-	-
Salários e Contribuições Sociais		308.105	353.291	16.142	18.423
Obrigações Pós-emprego	18	104.033	94.041	3.987	4.108
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		60.076	78.305	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	4.288	10.839
Provisões	19	76.141	-	-	-
Outras Obrigações		319.363	320.219	18.046	20.605
TOTAL DO CIRCULANTE		10.427.248	10.279.597	602.510	1.082.009
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	17	206.710	152.303	-	-
Empréstimos e Financiamentos	16	5.039.356	4.044.281	36.794	55.190
Debêntures	16	696.252	589.620	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	15 a	647.638	326.627	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	15 b	931.362	988.631	-	-
Provisões	19	542.975	562.027	247.092	383.911
Concessões a Pagar		76.343	79.817	-	-
Obrigações Pós-emprego	18	2.079.529	1.914.986	90.096	87.433
Outras Obrigações		217.680	190.260	73.873	76.195
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.437.845	8.848.552	447.855	602.729
TOTAL DO PASSIVO		20.865.093	19.128.149	1.050.365	1.684.738
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES					
	20				
Capital Social		3.412.073	3.101.884	3.412.073	3.101.884
Reservas de Capital		3.953.850	3.969.099	3.953.850	3.969.099
Reservas de Lucros		2.882.308	3.177.248	2.882.308	3.177.248
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.276.727	1.343.383	1.276.727	1.343.383
Ajustes Acumulados de Conversão		(632)	150	(632)	150
Recursos Destinados a Aumento de Capital		27.124	27.124	27.124	27.124
Lucros (Prejuízos) Acumulados		639.053	(453.387)	639.053	(453.387)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.190.503	11.165.501	12.190.503	11.165.501
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.055.596	30.293.650	13.240.868	12.850.239

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Em Milhares de Reais, exceto resultado do período por ação)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
RECEITA	21	6.053.923	5.802.479	159	187
CUSTOS OPERACIONAIS	22				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.578.771)	(1.593.988)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(361.378)	(413.079)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(101.082)	(84.738)	-	-
		(2.041.231)	(2.091.805)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores		(466.282)	(469.636)	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(79.389)	(73.069)	-	-
Materiais		(52.436)	(55.048)	-	-
Serviços de Terceiros		(296.865)	(301.680)	-	-
Depreciação e Amortização		(422.519)	(413.568)	-	-
Provisões Operacionais		(216.552)	(2.446)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(75.553)	(72.884)	-	-
Outras		(138.346)	(79.747)	-	-
		(1.747.942)	(1.468.078)	-	-
CUSTO TOTAL		(3.789.173)	(3.559.883)	-	-
RESULTADO BRUTO		2.264.750	2.242.596	159	187
DESPESA OPERACIONAL	22				
Despesas com Vendas		(75.053)	(87.066)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(237.201)	(398.578)	18.458	(20.711)
Outras Despesas Operacionais		(168.117)	(131.327)	(5.924)	(5.350)
		(480.371)	(616.971)	12.534	(26.061)
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro e impostos		1.784.379	1.625.625	12.693	(25.874)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	-	-	956.541	983.624
Resultado Financeiro Líquido	23	(356.283)	(150.733)	15.201	4.061
Resultado antes dos Impostos		1.428.096	1.474.892	984.435	961.811
Imposto de Renda e Contribuição Social	7b	(415.087)	(470.132)	(40.347)	(56.200)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7b	(85.829)	(71.522)	(16.908)	(7.191)
RESULTADO DO PERÍODO		927.180	933.238	927.180	898.420
Resultado atribuível aos acionistas Controladores da Companhia		927.180	898.420	927.180	898.420
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	34.818	-	-
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária		1,36	1,50	1,36	1,45
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária		1,36	1,50	1,36	1,45

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	3.101.884	3.969.099	3.177.248	1.343.383	150	(453.387)	27.124	11.165.501
Resultado do Período	-	-	-	-	-	927.180	-	927.180
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(782)	-	-	(782)
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	451	-	-	-	451
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	451	(782)	927.180	-	926.849
Aumento de Capital Social	310.189	(15.249)	(294.940)	-	-	-	-	-
Aquisição de Controladas em Conjunto - Efeito Reflexo da Adoção das Normas Contábeis	-	-	-	-	-	98.153	-	98.153
Realização de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(67.107)	-	67.107	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	3.412.073	3.953.850	2.882.308	1.276.727	(632)	639.053	27.124	12.190.503

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	927.180	933.238	927.180	898.420
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades				
Depreciação e Amortização	437.952	424.456	91	91
Baixas Líquidas de Imobilizado	30.437	34.035	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(956.541)	(983.624)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	33.792	(116.583)	(39.139)	(25.339)
Impostos Federais Diferidos	85.829	42.308	16.908	7.191
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	28.513	28.219	(136.819)	(23.592)
Amortização de Ágio nas aquisições	27.876	8.156	-	-
Obrigações Pós-emprego	35.353	64.791	4.496	2.805
Outros	-	-	397	592
	1.606.932	1.418.620	(183.427)	(123.456)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	9.693	(191.339)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	76.876	69.953	-	-
Créditos tributários diferidos	-	-	-	(40.896)
Tributos Compensáveis	(276.459)	(408.404)	(106.966)	(15.613)
Transporte de energia	(39.671)	28.037	-	-
Outros Ativos Circulantes	(261.008)	203.979	627	13.742
Outros Realizáveis a Longo Prazo	45.658	26.951	34.596	(16.048)
Depósitos Judiciais	(217.298)	(168.765)	(38.548)	(7.630)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	1.063.062	786.397
	(662.209)	(439.588)	952.771	719.952
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	83.437	(124.971)	(10.423)	(1.372)
Impostos, Taxas e Contribuições	388.437	535.067	130.644	101.339
Salários e Contribuições Sociais	(45.186)	107.792	(2.281)	1.899
Encargos Regulatórios	33.582	(29.487)	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	96.690	54.662	(4.094)	(5.676)
Obrigações Pós-emprego	139.182	21.669	(1.954)	32.430
Perdas com Instrumentos Financeiros	(18.229)	64.678	-	-
Outros	208.142	(286.841)	84.911	(41.255)
	886.055	342.569	196.803	87.365
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.830.778	1.321.601	966.147	683.861

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e Debêntures Obtidos	4.593.766	627.357	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(3.448.359)	(204.502)	(18.397)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(466.726)	(469.309)	(466.726)	(469.309)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	678.681	(46.454)	(485.123)	(469.309)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	(1.749)	-	(709.219)	(350.108)
No Imobilizado	(23.148)	(548.989)	(188)	(28)
No Intangível	(1.337.236)	(85.175)	-	-
No Ativo Financeiro	(1.817.769)	(674.643)	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.179.902)	(1.308.807)	(709.407)	(350.136)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	(670.443)	(33.660)	(228.383)	(135.584)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
No início do período	4.424.959	2.283.937	656.704	256.906
No fim do período	3.754.516	2.250.277	428.321	121.322
	(670.443)	(33.660)	(228.383)	(135.584)

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”), e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). Atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e ou controladas em conjunto:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) ou (“Cemig Geração e Transmissão”) (controlada) subsidiária integral de capital aberto (possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólica e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig GT possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em 2009.
 - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em agosto de 2009.
 - Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari

(Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010.

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país através das seguintes sociedades por ela controladas ou das quais participa: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”) e Terna Serviços Ltda.

- Transmissora Alvorada de Energia S.A. (“Alvorada”) (controlada em conjunto) – Participação de 62,80% na Transmissora Alterosa de Energia S.A.

- Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto – participação de 36,23%) – Participação de 29,42% na Transmissora Aliança de Energia S.A.

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Morgado”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em abril de 2010.

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. A usina iniciou operações em junho de 2010.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina iniciou suas operações em setembro de 2010.

Controladas e Controladas em conjunto da Cemig GT em fase pré-operacional:

- Guanhões Energia S.A. (“Guanhões Energia”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhões; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhões, e Fortuna II,

localizada no Município de Virgíópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011.

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio através da seguinte sociedade por ela controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com previsão de início de operação comercial em dezembro de 2011.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2010.

■ Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) ou (“Cemig Distribuição”) (controlada) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo o Estado de Minas Gerais.

■ Light S.A. (“Light”) (controlada em conjunto) – Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light S.A. possui as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;

- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (controlada) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividade principal estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos;

- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (controlada) - Empresa que tem como atividade principal atuar no mercado de prestação de serviços

de co-geração, projetos, administração e soluções tais como eficientização e definições de matrizes energéticas e comercialização de energia no mercado livre;

- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica;

- Lightger Ltda. (“Light Ger”) e Lighthidro Ltda. (“Light Hidro”) (controlada) - Empresas em fase pré-operacional, ambas para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi.

- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia para o social como empresa cidadã.

- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (controlada) - Tem como objetivo a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia.

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Constituída, em agosto de 2008, com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e Gestão de sistemas para Empresas do setor de energia elétrica.

- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (controlada) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;

- Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, através de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (controlada) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (controlada) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (“Pai Joaquim”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (controlada) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;

- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (controlada em conjunto) – Operação da linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig Trading S.A. (“Trading”) (controlada) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará. A ETEP constituiu a controlada Santos Dumont de Energia S.A – ESDE, com participação de 100%.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão.
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará.
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. Além disso, a EATE possui participação nas seguintes transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia (“EBTE”) (controlada em conjunto), Sistema de Transmissão Catarinense (“STC”) (controlada) e Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica (“Lumitrans”) (controlada).
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão, ambas no Estado de Santa Catarina.

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Constituída, em agosto de 2008, com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e Gestão de sistemas para Empresas do setor de energia elétrica.
- Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010.
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010;

A CEMIG ainda possui participação societária na empresa relacionada abaixo, em fase pré-operacional:

- Cemig Serviços S.A (“Cemig Serviços”) (controlada) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/2008 – MP nº449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis –

CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM no 609/2009 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais de contabilidade foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Em consequência, as Informações Trimestrais - ITR de 2010, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 30 de junho de 2009 e 30 de junho de 2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2009 e 2010.

	30/06/2010	31/12/2009
Patrimônio Líquido anteriormente apresentado	11.019.775	10.275.505
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	1.215.105	1.281.393
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	1.754	5.395
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	9.149	9.149
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	475.620	359.029
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	16.959	16.736
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(25.568)	(27.798)
Encargos Capitalizados - CPC20	4.530	1.976
Obrigações pós emprego – CPC 33	(507.506)	(485.785)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(19.316)	(270.099)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	1.170.727	889.996
Patrimônio Líquido Ajustado (Reapresentado)	12.190.503	11.165.501

	30/06/2010	30/06/2009
Resultado do trimestre anteriormente apresentado	709.739	894.854
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	(66.288)	(73.695)
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	(3.641)	(79)
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	53.301	12.512
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	223	(9.831)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	2.230	328
Encargos Capitalizados - CPC20	2.554	25
Obrigações pós emprego – CPC 33	(21.721)	(30.843)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	250.783	139.967
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	217.441	38.384
Resultado dos Trimestres Ajustados (Reapresentado)	927.180	933.238

Os efeitos decorrentes da aplicação das IFRSs (CPCs) apresentados acima estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	30/06/2010	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas			
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-
Controladas diretas da Cemig GT			
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00
Ganhães Energia	Proporcional	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia - EBTE	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	Proporcional	-	32,27
Transmissora Alterosa de Energia	Proporcional	-	36,23
Transmissora Alvorada de Energia	Proporcional	-	74,50
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-
Rosal Energia	Integral	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	Integral	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-
Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG	Proporcional	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-
Light S.A.	Proporcional	25,53	-
Controladas diretas da Light S.A.			
Light SESA	Integral	-	25,53
Light Energia	Integral	-	25,53
Light Esco	Integral	-	25,53
Light Ger	Integral	-	25,53
Light Hidro	Integral	-	25,53
Instituto Light	Integral	-	25,53
Itaocara Energia	Integral	-	25,53
Lightcom	Integral	-	25,53
Axiom Soluções Tecnológicas	Proporcional	-	13,02
Transchile	Proporcional	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	Proporcional	37,44	-
Controladas diretas da EATE			
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	Integral	-	29,95
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica - LUMI	Integral	-	29,95
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia - EBTE	Proporcional	-	19,09
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	Proporcional	41,05	-
Controlada direta da ETEP			
Empresa Santos Dumont de Energia - ESDE	Integral	-	41,05
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	Proporcional	36,69	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	Proporcional	36,69	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	Proporcional	13,37	-
Axiom Soluções Tecnológicas	Proporcional	49,00	-

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Contas Bancárias	90.492	111.056	9.726	21.817
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	3.295.962	4.104.763	418.478	634.373
Letras Financeiras do Tesouro	186.688	90.211	16.	170
Letras do Tesouro Nacional	-	7.284	-	180
Outros	181.374	111.645	101	164
	3.664.024	4.313.903	418.595	634.887
	3.754.516	4.424.959	428.321	656.704

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110%) conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 25.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Ativo Circulante e Não Circulante	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12 /2009
Fornecimento Faturado	1.989.362	1.969.213	46.071	51.114
Fornecimento não Faturado	740.554	464.305	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	66.649	398.098	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(475.799)	(392.470)	(46.071)	(51.114)
	2.320.766	2.439.146	-	-
Ativo Circulante	2.220.649	2.277.907	-	-
Ativo Não Circulante	100.117	161.239	-	-

Os critérios para constituição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais; (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos: há mais de 90 dias, para consumidores residenciais; mais de 180 dias, para consumidores comerciais e mais de 360 dias, para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 25.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos Compensáveis	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Circulante				
ICMS a Recuperar	246.817	222.093	3.828	3.806
PIS-PASEP	22.847	21.894	10	-
COFINS	105.387	101.785	2	-
Outros	14.187	11.255	2.566	4.402
	<u>389.238</u>	<u>357.027</u>	<u>6.406</u>	<u>8.208</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	80.249	70.408	426	426
PIS-PASEP/COFINS	42.499	44.792	-	-
	<u>122.748</u>	<u>115.200</u>	<u>426</u>	<u>426</u>
	<u>511.986</u>	<u>472.227</u>	<u>6.832</u>	<u>8.634</u>

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil foi permitida a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados dentro do período de 12 meses.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Circulante				
Imposto de Renda	568.443	400.518	-	-
Contribuição Social	197.543	129.807	-	-
	<u>765.986</u>	<u>530.325</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	92.526	106.317	90.153	100.054
Contribuição Social	26.245	11.415	26.245	11.415
	<u>118.771</u>	<u>117.732</u>	<u>116.398</u>	<u>111.469</u>
	<u>884.757</u>	<u>648.057</u>	<u>116.398</u>	<u>111.469</u>

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar apurados nos exercícios, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	117.439	93.571	-	5.259
Provisões	164.476	151.263	70.304	94.204
Obrigações Pós-Emprego	341.594	334.031	17.013	15.951
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	187.679	139.730	15.664	16.078
Ágio na incorporação de controlada	6.755	-	-	-
Instrumentos Financeiros	52.587	51.031	-	-
Variação Cambial	123.389	118.320	-	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	28.979	23.480	-	-
Ajustes das novas normas contábeis e Outros	134.859	196.349	858	1.324
	1.157.757	1.107.775	103.839	132.816

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2010, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2010	203.366	305
2011	265.140	24.661
2012	226.296	27.461
2013	217.248	27.461
2014 a 2015	131.821	21.993
2016 a 2017	88.704	1.198
2018 e 2019	25.182	760
	1.157.757	103.839

A Controladora possui, em 30 de junho de 2010, créditos tributários não reconhecidos em suas informações contábeis intermediárias, no montante de R\$402.418 (R\$427.703 em 31 de dezembro de 2009), que referem-se, basicamente, a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 9). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$389.532.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.428.096	1.474.892	984.435	961.811
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(485.552)	(501.463)	(334.708)	(327.016)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido	-	-	284.459	334.432
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.100)	(2.796)	(278)	(163)
Incentivo Fiscal	20.190	7.373	254	94
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(2.491)	701	76	26
Amortização de Ágio	(4.687)	(2.773)	(5.435)	(2.773)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(1.471)	(11.423)	(1.471)	-
Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	-	-
Outros	(23.805)	(31.273)	(152)	(67.991)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(500.916)	(541.654)	(57.255)	(63.391)
Alíquota Efetiva	35,08 %	36,72 %	5,81 %	6,59 %
Imposto Corrente	(415.087)	(470.132)	(40.347)	(56.200)
Imposto Diferido	(85.829)	(71.522)	(16.908)	(7.191)

Adesão da Light ao novo REFIS (Lei nº 11.941/09)

Em 6 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da controlada indireta Light SESA aprovou sua adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09.

Os principais benefícios desta adesão ao Novo Refis foram a redução de juros e multas no montante de R\$128.921, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado.

O montante inicial incluído no Refis foi de R\$585.639. O parcelamento efetivo, após a consolidação dos débitos efetuada em junho de 2011, resultará em desembolsos futuros de caixa no montante total de R\$215.824. O restante do saldo foi compensado com prejuízos fiscais.

8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígio referem-se principalmente a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio relativos às obrigações fiscais referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Trabalhista	201.175	193.406	49.028	28.169
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	13.714	13.714		
PASEP/COFINS	430.739	296.794		
Outros	131.287	71.425	99.363	61.465
Outros	133.748	118.026	43.497	63.706
	910.663	693.365	191.888	153.340

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 19.

9. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor, remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC, foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais, em 1995, por meio de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do Contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois Aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro Aditivos, respectivamente; (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do terceiro Aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC por meio da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este Acordo foi aprovado pela Assembleia Extraordinária de Acionistas, finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor, existente em 31 de dezembro de 2004, e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes, em 30 de junho de 2010, a R\$4.681.956 (R\$4.329.078 em 31 de dezembro de 2009).

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª, no valor de R\$94.925, a valores de 30 de junho de 2010.

A amortização do débito é feita, prioritariamente, pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros extraordinários sobre capital próprio. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do Contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa

ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 30 de junho de 2010, já haviam sido amortizadas, de forma antecipada, as prestações do Contrato com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2011.

A assinatura do Quarto Aditivo Contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social. Neste são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser, também, atendidas, anualmente, sendo as principais, conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações, também, conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

A Assembleia Geral Extraordinária, em 05 de maio de 2010, autorizou que o índice requerido para o exercício de 2010, no que se refere a cláusula restritiva “investimentos de capital e aquisição de ativos/Lajida”, fosse equivalente a 90%, tendo em vista o programa de investimentos da Companhia previsto para o ano. Dessa forma, nenhuma das cláusulas restritivas para o ano de 2010 foi descumprida.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador, com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado, naquela data, pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por Instituições Financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC, a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC, no 2º trimestre de 2010, é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.823.644
Atualização monetária das quotas seniores	44.985
Atualização monetária das quotas subordinadas	24.638
Amortização das quotas seniores	(76.876)
Aporte nas quotas subordinadas	14.501
Saldo em 30 de junho de 2010	1.830.892
Composição do FIDC em 30 de junho de 2010	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	919.115
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	905.529
- Dividendos retidos pelo Fundo	6.248
	911.777
TOTAL	1.830.892

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos, em 29 de junho de 2010, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$67.399. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$14.501 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$80.167 das cotas seniores somente foi efetivada em 1º de julho de 2010.

Encontram-se registrados, no Passivo Circulante, os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2009. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$103.691 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$67.399 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos, devidos ao Governo do Estado, não sejam suficientes para amortização das parcelas, as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas apresentam o saldo do FIDC, integralmente registrado na CEMIG, sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com Empréstimos e Financiamentos no Passivo de Curto e Longo prazos. Da mesma forma, na Consolidação, a atualização monetária do FIDC foi, integralmente, reconhecida como uma receita financeira e, em contrapartida, foi registrado, como encargos de dívida, o valor da atualização monetária das quotas seniores.

10. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição, transmissão, gás e geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS	
	30/06/2010	31/12/2009
Concessões de Distribuição	2.283.832	2.122.755
Concessões de Gás	163.761	40.095
Concessões de Transmissões Novas	4.742.418	2.837.558
Concessões de Transmissões Antigas	746.726	730.227
	7.936.737	5.730.635
Ativo Circulante	583.549	222.173
Ativo não Circulante	7.353.188	5.508.462

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.

11. INVESTIMENTO

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora	
	30/06/2010	31/12/2009
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto		
Cemig Geração e Transmissão	5.009.103	4.570.432
Cemig Distribuição	2.300.623	2.094.605
Light	838.508	426.031
Cemig Telecom	287.596	276.043
GASMIG	458.190	435.876
Rosal Energia	134.442	124.331
Sá Carvalho	119.426	108.565
Horizontes Energia	70.814	67.154
Usina Térmica Ipatinga	35.690	31.699
Cemig PCH	89.589	81.164
Cemig Capim Branco Energia	30.804	13.881
Companhia Transleste de Transmissão	24.539	23.157
UTE Barreiro	8.759	4.584
Companhia Transudeste de Transmissão	13.734	12.707
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	488	486
Companhia Transirapé de Transmissão	11.378	10.500
Transchile	24.447	27.627
Efficientia	8.161	6.577
Central Termelétrica de Cogeração	6.444	5.594
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	16.019	17.064
Cemig Trading	33.514	35.053
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	67.837	59.298
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	133.938	113.666
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	25.937	21.947
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	301.090	267.762
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	19.939	17.410
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.385	2.574
Cemig Serviços	77	99
	10.073.471	8.855.886
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	24.865	27.628
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	61.773	63.253
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	92.472	94.539
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	22.399	22.900
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	361.608	370.274
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	14.437	14.792
Ágio na Aquisição de Participação na Light	338.749	-
Em Outros Investimentos	3.502	-
	919.805	593.386
	10.993.276	9.449.272

a) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2010			Janeiro a junho de 2010	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.009.103	69.878	478.268
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.300.623	51.878	257.899
Light	203.934.060	25,53	2.225.822	3.284.403	-	359.942
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.081	287.596	-	11.618
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	134.442	-	10.111
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	119.426	-	10.861
GASMIG	409.255.483	55,19	643.779	830.205	55.012	40.430
Horizontes Energia	64.258.000	100,00	64.258	70.814	-	3.660
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	35.690	160	3.982
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	89.589	23	8.425
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	30.092	-	16.211
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	101.004	9.190	8.374
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	8.759	-	(6.435)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	57.225	1.852	4.278
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	488	-	2
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	44.025	1.567	3.583
Transchile	33.340.000	49,00	62.852	49.892	-	(5.231)
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	8.161	-	1.584
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.444	-	850
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	31.410	-	(1.045)
Cemig Trading	160.297	100,00	160	33.514	-	(1.539)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	41,05	82.039	165.255	13.831	20.351
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	36,69	144.863	365.053	40.217	40.553
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	36,69	23.400	70.692	15.729	7.981
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	37,44	323.579	804.193	103.939	86.498
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	13,37	42.095	149.132	22.999	13.248
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	4.867	-	(386)
Cemig Serviços	100.000	100,00	100	77	-	(22)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	4.570.432	917.054	1.103.156
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.094.605	202.306	776.214
Light	203.934.060	13,03	2.225.822	3.269.616	432.340	588.803
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.081	276.043	16.019	28.229
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	124.331	22.208	21.151
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	108.565	29.603	27.404
GASMIG	409.255.483	55,19	643.779	789.774	23.516	84.966
Horizontes Energia	64.258.000	100,00	64.258	67.154	7.918	8.335
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	31.699	8.023	8.445
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	81.164	14.826	14.284
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	13.881	33.883	33.824
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	92.628	6.896	18.459
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.584	-	3.861
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	52.946	483	10.776
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	486	4	(1)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	42.857	-	8.920
Transchile	33.340.000	49,00	63.226	56.381	-	(6.333)
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.577	5.011	5.276
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	5.594	8.909	9.378
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	33.458	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192	31.092	31.092
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	40,19	69.569	147.544	9.632	41.507
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	36,69	120.128	309.801	19.441	92.748
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	36,69	23.400	59.817	902	19.308
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	36,35	273.469	736.621	19.975	204.073
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	13,37	42.095	130.217	2.934	30.612
Axiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	5.253	-	(1.188)
Cemig Serviços	100.000	100,00	100	99	-	(1)

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	31/12/2009	Equivalência Patrimonial	Aportes / Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	30/06/2010
Cemig Geração e Transmissão	4.518.841	478.268	-	(69.878)	81.872	5.009.103
Cemig Distribuição	2.094.605	257.899	-	(51.878)	(3)	2.300.623
Light	477.622	70.090	374.420	-	(83.624)	838.508
Cemig Telecom	276.043	11.618	-	-	(65)	287.596
Rosal Energia	124.331	10.111	-	-	-	134.442
Sá Carvalho	108.565	10.861	-	-	-	119.426
GASMIG	435.876	22.313	-	(30.363)	30.364	458.190
Horizontes Energia	67.154	3.660	-	-	-	70.814
Usina Térmica Ipatinga	31.699	3.982	-	-	9	35.690
Cemig PCH	81.164	8.425	-	-	-	89.589
Cemig Capim Branco Energia	13.881	16.211	-	-	-	30.092
Companhia Transleste de Transmissão	23.157	2.094	-	(3.065)	3.065	25.251
UTE Barreiro	4.584	(6.435)	11.411	-	(801)	8.759
Companhia Transudeste de Transmissão	12.707	1.027	-	(444)	444	13.734
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486	2	-	-	-	488
Companhia Transirapé de Transmissão	10.500	878	-	(383)	383	11.378
Transchile	27.627	(2.563)	-	-	(617)	24.447
Efficientia	6.577	1.584	-	-	-	8.161
Central Termelétrica de Cogeração	5.594	850	-	-	-	6.444
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.064	(1.045)	1.262	-	(1.262)	16.019
Cemig Trading	35.053	(1.539)	-	-	-	33.514
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	59.298	8.539	1.269	(5.540)	4.271	67.837
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	113.666	20.272	-	(14.555)	14.555	133.938
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	21.947	3.990	-	(5.771)	5.771	25.937
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	267.762	33.328	5.368	(37.782)	32.414	301.090
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	17.410	2.529	-	(3.075)	3075	19.939
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.574	(386)	-	-	197	2.385
Cemig Serviços	99	(22)	-	-	-	77
	8.855.886	956.541	393.730	(222.734)	90.048	10.073.471

a) Participação na Light

Foi apurado na aquisição da Light, um valor de menos valia de concessão correspondente à diferença entre o valor pago pela Rio Minas Energia (“RME”) e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961, sendo que a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%. Essa menos valia da concessão decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente da menos valia da concessão R\$73.843 foi incorporado ao patrimônio da Companhia após a cisão da RME, e está apresentado nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas como Passivo não Circulante, na rubrica de Outras Obrigações.

b) Mais valia de ativos nas aquisições de participações

Mais valia de ativos nas aquisições de participações das empresas adquiridas pela Companhia correspondem à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas e controladas em conjunto, decorrente da mais valia de concessões (Intangível) e do Ativo Financeiro da Concessão. A amortização da mais valia desses ativos que possuem vida útil definida ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

c) Fechamento da operação de compra de ações da LIGHT

Foi realizado, em 25 de março de 2010, o pagamento referente à aquisição, pela CEMIG de 25.494.500 ações ordinárias de emissão da Light S.A. (Light), de titularidade da Andrade Gutierrez Concessões (“AGC”), representando 12,50% do capital total e votante da Light. O preço pago pela CEMIG referente à compra das ações, foi de R\$718.518, correspondendo a R\$29,54 por ação. Valor resultante da correção do preço estipulado no Contrato pela Taxa CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, desde 1º de dezembro de 2009 até a presente data, e da dedução dos dividendos de R\$2,12, por ação, declarados pela Light na Assembleia Geral Ordinária, concluída em 24 de março de 2010.

Adicionalmente, também está prevista, no Contrato, a cessão das ações adquiridas a uma afiliada da CEMIG ou a terceiros.

A Companhia apurou mais valia de ativos, nesta operação, no valor de R\$344.098, decorrente da mais valia da concessão.

A Companhia exerceu em 24 de março de 2010, opção de compra adicional de ações da Light, de 26.576.149 ações ordinárias, representando 9,77% do capital votante desta Companhia conforme demonstrado na Nota Explicativa 30.

d) Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica -TAESA

A Cemig GT realizou, no dia 6 de maio de 2010, a Oferta Pública de Aquisições de ações e units, em poder dos minoritários, por meio da Transmissora Alterosa de Energia Elétrica. A operação culminou na aquisição de 24,42% das ações, até então em posse dos acionistas minoritários, equivalentes a 56,69% do capital total da TAESA, pelo montante de R\$1.001.851. R\$15,57 por ação.

Foi apurado uma diferença entre o preço de aquisição e o valor contábil da participação de R\$523.367, correspondente à mais valia do ativo financeiro a ser recebido no prazo previsto da concessão pelo regulador. A amortização da mais valia de ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta Operação, a Cemig GT, juntamente com o Fundo de Investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da Transmissora Aliança de Energia Elétrica - TAESA (antiga Terna Participações). Parte dos acionistas minoritários não aderiu à Oferta Pública de Aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no Mercado.

e) Aquisição de participação acionária

Em reunião realizada em 30 de junho de 2010, o Conselho de Administração da CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. – CEMIGTelecom, sociedade anônima de capital aberto, que presta serviços de telecomunicações, aprovou a celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações com a empresa ATIVAS PARTICIPAÇÕES S.A., visando a compra de 9.804.900 ações ordinárias, representativas de 49% do capital social e votante, da ATIVAS DATA CENTER S.A.

A empresa ATIVAS DATA CENTER S.A., subsidiária da ATIVAS PARTICIPAÇÕES S.A., tem por objetivo social a prestação de serviços de fornecimento de infra-estrutura de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física (hosting e colocation) de ambientes de tecnologia da informação, armazenamento de base de dados e sitebackup, serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade, consultorias em TIC, conectividade com venda de acesso e banda internet, estando construindo para tanto um Data Center classificado na categoria “Tier III” (Uptime Institute), para atendimento a médias e grandes corporações. A operação foi concluída no dia 08 de julho de 2010.

12. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	18.487.244	(11.328.731)	7.158.513	7.010.067
Terrenos	413.974	-	413.974	387.940
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	7.872.019	(4.763.579)	3.108.440	3.054.603
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.325.895	(1.426.447)	899.448	712.004
Máquinas e Equipamentos	7.804.829	(5.089.886)	2.714.943	2.849.394
Veículos	25.324	(13.027)	12.297	1.558
Móveis e Utensílios	45.203	(35.792)	9.411	4.568
Em Curso	875.828	-	875.828	1.292.856
Imobilizado Líquido - Consolidado	19.363.072	(11.328.731)	8.034.341	8.302.923

Mutação do Imobilizado

Consolidado	Saldo em 31/12/2009	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2010
Em Serviço	7.010.067	439.231	(29.492)	(261.293)	7.158.513
Terrenos	387.940	26.045	(11)	-	413.974
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	3.054.603	143.811	(4.607)	(85.367)	3.108.440
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	712.004	217.362	(1.787)	(28.131)	899.448
Máquinas e Equipamentos	2.849.394	28.906	(13.073)	(150.284)	2.714.943
Veículos	1.558	13.328	(62)	(2.527)	12.297
Móveis e Utensílios	4.568	9.779	(9.952)	5.016	9.411
Em Curso	1.292.856	(416.083)	(945)	-	875.828
Imobilizado Líquido - Consolidado	8.302.923	23.148	(30.437)	(261.293)	8.034.341

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 30 de junho de 2010 são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,49%
Termelétricas	3,98%
Administração e outras	12,69%
Telecomunicações	6,72%

13. INTANGÍVEL

Controladora	30/06/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	24.930	(24.362)	568	1.746
Com Vida Útil Definida	12.465	(12.181)	284	873
- Direito de uso de softwares	2.950	(2.949)	1	30
- Marcas e Patentes	5	(1)	4	4
- Cemig Telecom SA	9.510	(9.231)	279	839
Em Curso	862	(283)	579	671
- Ativos em formação	862	-	862	671
Intangível Líquido - Controladora	25.792	(24.645)	1.147	1.544

Consolidado	30/06/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Servidão	32.377	(1.655)	30.722	20.006
Concessão onerosa	31.974	(7.170)	24.804	25.329
Ativos da concessão	8.567.162	(5.814.268)	2.752.894	2.291.916
Outros	134.695	(113.743)	20.952	166.741
Em formação	1.622.012	-	1.622.012	1.201.275
	10.388.220	(5.936.836)	4.451.384	3.705.267

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	31/12/2009	Adições	Baixa	Amortização	Transferências	30/06/2010
Servidão	20.006	19.466	-	(520)	(8.230)	30.722
Concessão onerosa	25.329	-	-	(525)	-	24.804
Ativos da concessão	2.291.916	99.044	(9.760)	(225.656)	597.351	2.752.895
Outros	166.741	10.648	-	(3.582)	(152.856)	20.951
Ativos em formação	1.201.275	272.855	-	-	147.882	1.622.012
	3.705.267	402.013	(9.760)	(230.283)	584.147	4.451.384

Os Ativos Intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que são baseados na vida útil dos ativos.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ReN ANEEL nº367/09 ou pelo prazo de concessão

14. FORNECEDORES

	Consolidado IFRS	
	30/06/2010	31/12/2009
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -		
Eletrobrás - Energia de Itaipu	160.457	148.645
Furnas	18.417	55.540
CCEE	57.231	36.276
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	45.264	-
Outros	331.896	277.899
	613.265	518.360
Materiais e Serviços	322.367	333.835
	935.632	852.195

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Circulante				
ICMS	314.067	293.189	18.100	18.091
COFINS	62.606	60.083	-	9.931
PASEP	18.870	16.717	-	2.156
INSS	18.730	19.397	1.667	1.522
Outros	25.973	30.105	999	1.138
	440.246	419.491	20.766	32.838
Não Circulante				
COFINS	531.312	267.561	-	-
PASEP	115.350	58.089	-	-
Outros	976	977	-	-
	647.638	326.627	-	-
	1.087.884	746.118	20.766	32.838

As obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social	Consolidado IFRS		Controladora IFRS	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Circulante				
Imposto de Renda	269.763	91.548	20.679	-
Contribuição Social	97.096	35.560	6.129	-
	366.859	127.108	26.808	-
Não Circulante				
Obrigações Diferidas				
Imposto de Renda	684.825	737.398	-	-
Contribuição Social	246.537	251.233	-	-
	931.362	988.631	-	-
	1.298.221	1.115.739	26.808	-

As Obrigações Diferidas, do Não Circulante, de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, em sua maior parte, ao efeito fiscal decorrente do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10 em 1 de janeiro de 2009.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/6/2010		31/12/2009	
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (2)	2013	6	US\$	67.658	-	67.658	87.205
Banco do Brasil – A – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	9.552	55.213	64.765	66.775
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	5.022	-	5.022	7.146
BNP Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	-	-	-	10.169
KFW	2016	4,5	EURO	-	-	-	11.577
Tesouro Nacional	2024	Libor + Spread	US\$	3.675	21.012	24.687	13.010
Santander do Brasil S.A.	2009	7	US\$	-	-	-	9.583
Banco do Brasil S.A.	2009	8,66	US\$	-	-	-	2.429
Banco Inter Americano del Desarrollo	2026	2,12	US\$	118	41.317	41.435	31.583
Outros	2025	Diversas	Diversas	12.261	11.986	24.247	11.789
Dívida em Moeda Estrangeira				98.286	129.528	227.814	251.266
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	75.156
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	304.164	582.000	886.164	884.836
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	32.737	72.958	105.695	112.767
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.046	126.000	128.046	133.978
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	1.220.998	-	1.220.998	1.219.007
Banco do Brasil S.A. (6)	2013	10,83*	R\$	5.773	600.000	605.773	-
Banco do Brasil S.A. (6)	2013	11,58**	R\$	(3.206)	(8.393)	(11.599)	-
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	291.358	-	291.358	311.459
Banco Itaú – BBA S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	3.651	-	3.651	3.880
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	54.417	-	54.417	54.427
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	87.074	-	87.074	102.460
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	9.077	115.097	124.174	124.159
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	1.821
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	106.877	230.180	337.057	392.289
Bradesco S.A.	2010	113,00 do CDI	R\$	-	-	-	2.742.383
Debêntures	2011	104,00 do CDI	R\$	14.157	238.816	252.973	242.181
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (4) (5)	2031	IGP-M	R\$	-	39.301	39.301	37.053
Debêntures (4)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	319.991	-	319.991	318.699
Debêntures (4)	2017	IPCA + 7,96	R\$	478.989	-	478.989	445.946
Debêntures (4) (6)	2012	CDI + 0,90 (*)	R\$	1.634.249	-	1.634.249	-
Debêntures (4) (6)	2013	0,1051 (***)	R\$	(2.539)	-	(2.539)	(2.539)
Debêntures (4) (6)	2015	IPCA + 7,68 (*)	R\$	1.211.037	-	1.211.037	-
Debêntures (4) (6)	2015	0,042(***)	R\$	(2.163)	-	(2.163)	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.461	30.113	42.574	48.265
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	56.023	294.450	350.473	353.341
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	68.565	-	68.565	80.656
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	97.067	217.231	314.298	318.878
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-	37.851
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	19.263	36.794	56.057	78.547
Itaú e Bradesco (3)	2015	CDI + 1,70	R\$	153.149	765.966	919.115	951.006
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10	R\$	-	-	-	9.731
Banco do Brasil S.A.	2020	TJLP + 2,55	R\$	-	-	-	28.232
UNIBANCO S.A.	2020	TJLP + 2,55	R\$	-	-	-	7.152
Debêntures IV (4)	2015	TJLP + 4,00	R\$	5	19	24	1.063
Debêntures V (4)	2014	CDI + 1,50	R\$	22.150	213.333	235.483	124.539
Debêntures VI (4)	2011	115% do CDI	R\$	76.583	-	76.583	38.890
CCB Bradesco S.A.	2017	CDI + 0,85	R\$	7.670	114.896	122.566	59.738
ABN AMRO Real S.A.	2010	CDI + 0,95	R\$	-	-	-	10.765
Banco Itaú – BBA S.A.	2022	TJLP + 4,55	R\$	-	-	-	6.769
BNDES – FINEM	2019	TJLP	R\$	22.939	111.113	134.052	71.554
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo	2022	TJLP + 4,55	R\$	-	-	-	6.709
UNIBANCO S.A.	2022	TJLP + 4,55	R\$	-	-	-	2.261
Unibanco S.A.	2022	IGPM + 9,85	R\$	-	-	-	4.364
BNDES	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	172.125	172.125	134.660
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	-	172.820	172.820	161.824
BNDES – Repasse	2033	TJLP	R\$	-	177.578	177.578	108.562
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D	2022	Diversas	R\$	45.916	211.536	257.452	273.913
BNDES	2024	TJLP + 2,50	R\$	-	-	-	25.248
CEF S.A.	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.195	60.916	67.111	64.170
CEF S.A.	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.186	50.133	55.319	56.122
CEF S.A.	2022	TJLP + 3,50	R\$	8.073	85.162	93.235	88.957
BNDES	2018	Diversas	R\$	64.355	441.655	506.010	303.833
Sindicato de Bancos	2010	113 do CDI	R\$	332.449	-	332.449	180.472
BNDES	2016	TJLP + 3,12	R\$	651	156.471	157.122	123.052
BNDES	2024	TJLP + 2,56	R\$	3.744	69.339	73.083	-
Debêntures (4)	2012	TJLP	R\$	758	31.963	32.721	-
Outros	2025	Diversas	R\$	47.177	196.508	243.685	78.056
Dívida em Moeda Nacional				6.819.066	5.606.080	12.425.146	11.041.681
Total Geral Consolidado				6.917.352	5.735.608	12.652.960	11.292.947

(1) As taxas de juros variam:

2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.

- (3) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº 9;
 (4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural
 (5) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
 (6) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08

* Taxa contratual:

** Taxa interna de retorno incluindo do custo de transação

*** Taxa efetiva do custo de transação

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	62.869	35.940	11.589	8.483	5.653	2.880	2.880	80.001	210.295
Euro	4.521	2.682	1.454	1.454	1.454	1.454	1.453		14.472
UMBNDDES (**)	180	335	334	334	334	334	334	862	3.047
	67.570	38.957	13.377	10.271	7.441	4.668	4.667	80.863	227.814
Indexadores									
Índice de Preço ao Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	1.675.683	13.238	113.561	59.785	-	-	-	-	1.862.267
Certificado Depósito Interbancário - CDI	27.527	57.319	53.861	48.210	46.490	38.529	30.913	48.477	351.326
Índice Interno da Eletrobrás - FINEL	4.227.641	1.072.284	739.378	594.961	261.939	258.045	20.333	19.160	7.193.741
URTJ (*)	6.230	12.461	12.461	11.422	-	-	-	-	42.574
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	81.138	180.424	211.551	217.378	234.390	218.386	175.571	585.140	1.903.978
UMBNDDES (**)	323.567	5.594	5.650	5.650	5.608	4.498	1.437	47.666	399.670
Outros (IGP-DI, INPC-TR) (***)	5.196	10.298	10.878	11.518	12.116	12.600	7.897	806	71.309
Sem Indexador	3.030	-	389	424	799	436	192	384	5.654
	2.752	183	85	591.607	-	-	-	-	594.627
	6.352.764	1.351.801	1.147.814	1.540.955	561.342	532.494	236.343	701.633	12.425.146
	6.420.334	1.390.758	1.161.191	1.551.226	568.783	537.162	241.010	782.496	12.652.960

(*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.

(**) UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDES.

(***) IGP-DI - índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no Trimestre findo em 30/06/2010 %	Variação Acumulada em 2010 %	Indexadores	Variação no Trimestre findo em 30/06/2010 %	Variação Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-americano	1,15	3,46	IGP-M	2,83	5,68
Euro	(8,44)	(12,09)	FINEL	0,56	1,12
			CDI	2,18	4,25
			UMBNDDES	0,90	4,02

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	11.292.947
Aquisição de Controladas em Conjunto – Saldo inicial	674.009
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.919.757
Variação monetária e cambial	117.916
Custos de Transação	(13.819)
Custos a apropriar	(286)
Amortização do Custo de Transação	1.524
Encargos Financeiros Provisoriados	496.682
Encargos Financeiros Pagos	(384.011)
Encargos Capitalizados	2.163
Ajuste a Valor Presente	(5.563)
Amortização de Financiamentos	(3.448.359)
Saldo em 30 de junho de 2010	12.652.960

Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

A CEMIG e suas controladas possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”), sendo as principais como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA=Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, quatro não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2010
Cemig Distribuição		
Dívida Financeira / Patrimônio Líquido + Dívida Financeira	Menor ou igual a 53%	53,41%
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	100,11%
Dívida/EBITDA	Menor ou igual a 3,36	3,52
Cemig Geração e Transmissão		
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%	58,65%

Em 30 de junho de 2010, as controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão não atenderam a determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima. Os consentimentos de que os credores não irão exercer o direito de exigir o pagamento, imediato ou antecipado, foram obtidos em datas posteriores a 30 de

junho de 2010, por esse motivo os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Circulante.

Os Contratos de financiamentos da TAESA contemplam cláusulas restritivas relativas aos índices de cobertura do serviço da dívida. Em 30 de junho de 2010, a TAESA e suas controladas apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos no Contrato.

A Madeira Energia possui empréstimo junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia S.A com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 30 de junho de 2010.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado IFRS	
	30/06/2010	31/12/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	32.823	36.716
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	49.612	12.341
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	38.721	36.306
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.912	3.703
Eficiência Energética	211.009	185.857
Pesquisa e Desenvolvimento	205.451	175.209
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.252	2.731
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	4.890	6.838
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	3.187	15.629
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	11.462	-
	564.526	476.537
Passivo Circulante	357.816	324.234
Passivo Não Circulante	206.710	152.303

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria)

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.767.140, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”), no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. A partir de 1º de outubro de 2010, o plano de saúde passou a ser administrado pela Cemig Saúde, sendo mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Contábeis Intermediárias

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes.

Em função do pronunciamento mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31 de dezembro de 2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$893.027 em 30 de junho de 2010 (R\$903.516 em 31 de dezembro de 2009). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas Cemig GT e Cemig D, e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra patrimônio líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$971.749 em 30 de junho de 2010 (R\$956.430 em 31 de dezembro de 2009). O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25,53% deste valor conforme consolidação proporcional.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	44.629	24.353	1.318	21.245
Despesa Reconhecida no Resultado	2.488	3.218	138	1.470
Contribuições Pagas	(3.404)	(1.098)	(20)	(254)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2010	43.713	26.473	1.436	22.461

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	903.516	545.635	28.199	407.034
Despesa Reconhecida no Resultado	57.191	31.002	1.326	23.610
Contribuições Pagas	(67.680)	(21.622)	(337)	(5.047)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2010	893.027	555.015	29.188	425.597

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

19. PROVISÕES

A CEMIG e suas Controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora:

A Companhia, e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

	Consolidado			
	IFRS			
	Saldo em 31/12/2009	Adições / Atualizações (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2010
Trabalhistas				
Diversos	102.358	27.328	(6.176)	123.510
Cíveis				
Danos Pessoais	26.585	3.614	(8.381)	21.818
Majoração Tarifária	70.023	191.215	(135.935)	125.303
Ambiental	9.076	(3.408)	-	5.668
Outras	129.914	42.553	(17.770)	154.697
Fiscais				
FINSOCIAL	21.533	102	-	21.635
PIS/COFINS	2.020	1.430	-	3.450
ICMS	15.165	42.507	-	57.672
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	85.493	6.179	(91.487)	185
INSS	9.071	7.956	-	17.027
Outras	16.978	1.414	(15.425)	2.967
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	73.811	11.948	(575)	85.184
Total	562.027	332.838	(275.749)	619.116

	Controladora BRGAAP			
	Saldo em 31/12/2009	Adições / Atualizações (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/06/2010
Trabalhistas				
Diversos	72.890	5.324	(5.655)	72.559
Cíveis				
Danos Pessoais	19.724	3.614	(5.802)	17.536
Majoração Tarifária	55.036	-	(34.484)	20.552
Outras	88.567	-	(3.624)	84.943
Fiscais				
FINSOCIAL	21.533	102	-	21.635
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	85.308	6.179	(91.487)	-
INSS	1.148	35	-	1.183
Outras	15.702	236	(12.995)	2.943
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	24.003	1.738	-	25.741
Total	383.911	17.228	(154.047)	247.092

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração é de R\$132.890 sendo que a perda considerada como provável foi integralmente provisionada, no valor de R\$49.162 (R\$70.023 em 31 de dezembro de 2009).

Em maio de 2010, a Companhia firmou um acordo referente à ação ajuizada por um consumidor industrial relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia - DNAEE durante o Plano Cruzado. Por meio desse acordo, a Companhia concordou em pagar ao consumidor um montante de R\$177.592, sendo R\$92.592 compensados com faturas em aberto e R\$85.000 a serem pagos por dedução das próximas faturas relativas ao

fornecimento de eletricidade e utilização dos sistemas de distribuição, sem qualquer ajuste ou correção monetária e já incluindo os honorários advocatícios. O valor de R\$177.592 foi integralmente reconhecido no resultado do período.

(c) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objetos de contestação no âmbito administrativo e judicial. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$25.116 (R\$11.474 em 31 de dezembro de 2009).

(d) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A CEMIG possuía provisão constituída de R\$86.437 (R\$85.308 em 31 de dezembro de 2009) referente à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG teve a liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, cassada em abril de 2010 e efetuou o recolhimento no montante de R\$91.487 em 21 de maio de 2010. A Companhia impetrou medida cautelar para recorrer dessa decisão.

(e) INSS

Em dezembro de 1999, o INSS lavrou autos de infração contra a Light, em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da Contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de Contribuição Previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que, também, alterou a base de cálculo das Contribuições Previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de Contribuição Previdenciária por parte da Empresa.

A expectativa de perdas, nas ações mencionadas, é considerada provável e os valores provisionados, referentes às ações movidas pelo INSS, representam o montante de R\$15.844.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e, também, o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente à perda, que considera como provável na questão, no montante atualizado de R\$51.549.

(g) Outros

No que se refere às ações cíveis, são, basicamente, reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente, por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão, em 30 de junho de 2010, representa a perda potencial sobre as reivindicações.

Entre as causas cíveis, destaca-se a Ação Indenizatória, ocasionada por incêndio em pastagem de propriedade rural, decorrente do rompimento de cabo de energia elétrica. A perda provável no montante de R\$36.646 encontra-se, integralmente, provisionada.

(h) Ações com avaliação de perda mais provável que não exista uma obrigação presente na data das Informações Contábeis Intermediárias

A CEMIG e as Controladas discutem, em juízo, outras Ações para as quais consideram ser possível ou remota a perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das Ações mais relevantes descritos a seguir:

(I) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$334.417, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de Imposto de Renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de Imposto de Renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios Pós-emprego. As obrigações Pós-emprego adicionais, que resultaram das alterações na forma de contabilização, foram

reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social.

A CEMIG apresentou um Recurso Administrativo, no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Esta decisão desfavorável implicaria a redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrada como crédito tributário, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera a expectativa de perda, nesta ação, como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais, pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de junho de 2010, de R\$303.435 (R\$298.220 em 31 de dezembro de 2009). Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda, nesta ação, como remota.

(II) ITCD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante em 30 de junho de 2010 é R\$204.485 (R\$198.375 em 31 de dezembro de 2009). Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(III) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG, afirmando que a Companhia deve R\$1.240.698 (R\$1.157.078 em 31 de dezembro de 2009) ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da

Conta de Resultados a Compensar - CRC, que foram, previamente, utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu Ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão. A expectativa de perda, nessa ação, é possível.

(IV) Obrigações Previdenciárias e Fiscais - Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, correspondente ao montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor, por se considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, decidiu-se impetrar mandados de segurança que permitiram o depósito judicial, no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$172.192, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas. Considera-se o risco de perda, nesta ação, como possível.

Em setembro de 2006, a CEMIG foi notificada pelo INSS, em função do não recolhimento da Contribuição Previdência sobre os valores pagos a título de Participação nos Resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$125.594 (R\$121.639 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia recorreu da decisão na esfera administrativa. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito à defesa, sendo a expectativa de perda, nesta ação, considerada possível.

(V) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação seria de R\$105.988, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes a autuação. A Companhia aderiu ao Programa de

Parcelamento Especial de Crédito Tributário relativo ao ICMS, instituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais por meio do Decreto nº 45.358 de, 04 de maio de 2010, reconhecendo, em decorrência disso, uma provisão no montante de R\$25.702.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$48.689 (R\$49.349 em 31 de dezembro de 2009). Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(VI) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio, com a Prefeitura de Belo Horizonte, relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor envolvido na ação é de R\$44.433 (R\$41.837 em 31 de dezembro de 2009). Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda, nesta ação, é considerada possível.

(VII) Contingência regulatória - CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado atacadista de energia, durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no Mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$103.718 (R\$94.740 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para esta disputa, uma vez que a

Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda é considerada como possível.

(VIII) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, por meio de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo, em função da construção e operação da Usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.173.390 (R\$1.080.756 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda é considerada possível.

(IX) Reclamações Cíveis - Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG, contestando Reajustes Tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda; a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário, utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica, em abril de 2003, e solicitando o reembolso, em dobro, dos montantes considerados cobrados, erroneamente, pela Companhia. O montante envolvido é de R\$1.766.904 (R\$908.691 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda é considerada remota.

A Companhia é ré em processos, questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados, referentes à contribuição de Iluminação Pública, no valor total de R\$981.776 (R\$1.654.132 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda é considerada possível.

Por meio de ação popular, questionando o Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução, aos cofres públicos, dos valores pagos aos Prestadores de Serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R\$1.792.530. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda é considerada possível.

(X) PIS-COFINS

A Light possuía dois processos judiciais, discutindo a incidência do PIS e da COFINS nos moldes preconizados pela Lei nº 9.718/98, a seguir expostos:

No primeiro, foram questionadas as alterações impostas pela Lei em referência quanto (i) ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e (ii) à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. No Recurso da Companhia perante o STF, foi proferida decisão definitiva, já transitada em julgado, em relação ao alargamento da base de cálculo, dando provimento ao Recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, tendo havido a respectiva reversão da provisão, no 2º trimestre de 2008, no montante de R\$108.090, em contrapartida à rubrica Despesa Financeira.

No segundo, a Companhia alega a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados em Carta de Cobrança, expedida pela Receita Federal, em 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal, por parte do Fisco Federal, dentro do prazo legal. Foi obtida liminar, suspendendo a cobrança, mantida pelo Tribunal Regional Federal e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso aos Tribunais Superiores. Quanto ao mérito, aguarda-se julgamento de Primeira Instância, com prognóstico de perda possível, segundo os assessores da área Jurídica da Companhia. A Light optou por incluir este processo no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

(XI) Anulação de Acordo RME

Por meio de Ação Popular, foi requerida a anulabilidade da operação de aquisição do Grupo Light pela Cemig por meio da Empresa RME, da participação acionária dos demais sócios e de todas as transações subsequentes. O montante envolvido na ação é estimado em R\$2.522.599. A Empresa acredita ter argumentos de méritos para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda é considerada remota.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Aumento do Capital Social na Assembleia Geral ordinária e extraordinária de abril de 2010

A Assembleia Geral de Acionistas, ocorrida em 29 de abril de 2010, aprovou o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$3.101.884 para R\$ 3.412.073 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$294.940 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$15.248 da Reserva de Capital, distribuindo-se, aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 10% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

O Capital Social da Companhia é representado por 298.269.668 Ações Ordinárias e 384.144.914 Ações Preferenciais. Todas com valor nominal de R\$5,00.

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das Ações Ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). Como parte desta operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas, contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações, relacionadas a ações corporativas significativas; certas alterações no Estatuto Social da CEMIG; emissão de debêntures e títulos conversíveis; distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na Estrutura Societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou Ação Anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o Acordo de Acionistas, celebrado em 1997, com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido Acordo de Acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Em 16 de junho de 2010, conforme correspondência enviada à Companhia pela Southern Electric Brasil Participações Ltda (“SEB”), foi efetivada a alienação da participação detida pela Southern na CEMIG para a AGC Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado (“AGC Energia”), controlada da Andrade Gutierrez Concessões S.A. (“AGC”).

A alienação em questão se deu nos termos do contrato de compra e venda de ações celebrado entre a SEB e a AGC Energia, com a interveniência da AGC, em 12 de novembro de 2009, conforme aditado, e compreende a totalidade da participação detida pela SEB na CEMIG, ou seja, 98.321.592 ações ordinárias de emissão da CEMIG, representativas de 32,96% do capital votante e 14,41% do capital social total da CEMIG.

Ressaltamos que a referida operação não altera a composição do controle acionário nem a estrutura administrativa da CEMIG.

Ajuste de exercício anterior de controlada

A Companhia, com intuito de harmonizar a prática contábil entre as empresas do grupo Cemig, efetuou diretamente no Patrimônio Líquido um ajuste de R\$34.861, referente à receita reconhecida por uma de suas controladas em 2010, advinda de contrato de intermediação de energia de exercícios anteriores.

21. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado IFRS	
	30/06/2010	30/06/2009
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	7.207.333	7.277.356
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	696.401	598.663
Receita de Uso da Rede de Transmissão (b)	755.115	384.977
Outras Receitas operacionais (c)	314.957	280.527
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(2.919.883)	(2.739.044)
Receita Operacional Líquida	6.053.923	5.802.479

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Residencial	4.868.033	4.867.733	2.338.506	2.188.583
Industrial	11.628.653	11.132.465	1.906.988	1.786.336
Comércio, Serviços e Outros	3.066.015	3.097.434	1.343.826	1.309.810
Rural	1.111.073	976.569	294.990	232.207
Poder Público	519.498	526.023	223.925	219.658
Iluminação Pública	596.534	615.390	151.589	146.776
Serviço Público	654.505	659.398	190.697	181.760
Sub-Total	22.444.311	21.875.012	6.450.521	6.065.130
Consumo Próprio	25.053	25.656	-	-
Subvenção de Baixa Renda (**)	-	-	67.456	71.118
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(44.728)	313.488
	22.469.364	21.900.668	6.473.249	6.449.736
Suprimento a Outras Concessionárias (***)	6.426.910	6.273.509	666.515	726.522
Transações com energia na CCEE	3.373.498	1.283.145	63.256	101.099
Vendas no Proinfa	17.691	-	4.312	-
Total	32.287.463	29.457.322	7.207.333	7.277.356

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes

(**) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

(***) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso da Rede de Transmissão

	Consolidado IFRS	
	30/06/2010	30/06/2009
Receita de Uso da Rede Básica	704.956	320.647
Receita de Sistema de Conexão	50.159	64.330
	755.115	384.977

c) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado IFRS	
	30/06/2010	30/06/2009
Fornecimento de Gás	185.621	150.741
Serviço Taxado	7.552	7.975
Serviço de Telecomunicações	60.014	58.385
Prestações de Serviços	29.240	26.758
Aluguel e Arrendamento	30.615	31.563
Outras	1.915	5.105
	314.957	280.527

d) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado IFRS	
	30/06/2010	30/06/2009
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.524.505	1.483.697
COFINS	648.418	618.704
PIS-PASEP	141.051	127.339
Outros	4.113	1.971
	2.318.087	2.231.711
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão - RGR	79.303	88.208
Programa de Eficiência Energética - PEE	21.765	18.084
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	209.709	204.677
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	225.071	151.680
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	16.983	14.513
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	15.039	14.738
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	7.520	7.339
Encargos de Capacidade Emergencial	10.328	8.094
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	16.078	-0
	601.796	507.333
	2.919.883	2.739.044

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas (Receitas) Operacionais	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Pessoal (a)	593.230	757.316	19.161	17.923
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	79.389	73.069	2.344	1.891
Obrigações Pós-emprego	35.353	64.791	4.496	2.805
Materiais	58.717	56.805	211	165
Serviços de Terceiros (b)	404.853	360.345	4.399	5.799
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.578.771	1.593.988	-	-
Depreciação e Amortização	437.862	424.456	91	93
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	75.613	72.884	-	-
Provisões (Reversão) Operacionais (d)	207.133	46.611	(51.860)	(17.787)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	361.378	413.079	-	-
Gás Comprado para Revenda	101.082	84.738	-	-
Custos de Construção	107.467	59.588	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	228.696	169.184	8.624	15.172
	4.269.544	4.176.854	(12.534)	26.061

a) Custos e Despesas com Pessoal	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Remunerações e Encargos	516.198	538.540	14.574	9.225
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definida	31.374	31.870	1.916	1.425
Benefícios Assistenciais	60.597	60.128	1.661	1.359
	608.169	619.474	18.151	12.009
Programa Prêmio de Desligamento - PPD	-	(486)	-	(8)
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	25.378	191.184	1.010	5.922
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(40.317)	(63.920)	-	-
	(14.939)	126.778	1.010	5.914
	593.230	757.316	19.161	17.923

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão de 1.221 empregados. O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado há 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a CEMIG garantiu o pagamento integral dos custos do Seguro de vida em grupo e Plano de saúde, pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

b) Serviço de Terceiros	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	63.585	57.973	-	-
Comunicação	33.767	40.630	822	724
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos				
Elétricos	90.619	65.726	33	14
Conservação e Limpeza de Prédios	21.867	19.963	13	73
Mão de Obra Contratada	24.831	18.752	12	108
Fretes e Passagens	5.307	5.758	645	1.333
Hospedagem e Alimentação	9.714	8.826	117	113
Vigilância	8.464	7.392		
Consultoria	17.563	6.785	1.036	1.401
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	13.099	14.465	116	1
Manutenção e Conservação de Veículos	11.869	10.586	25	24
Corte e Religação	14.054	12.133	-	-
Outros	90.112	91.357	1.580	2.008
	404.853	360.345	4.399	5.799

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado IFRS	
	30/06/2010	30/06/2009
Energia de Itaipu Binacional	273.870	538.414
Energia de curto prazo	50.488	70.326
PROINFA	81.730	74.819
Contratos Bilaterais	194.443	298.002
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.049.440	566.378
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Livre e Parcela A	78.141	96.890
Créditos de PASEP-COFINS	(149.341)	(128.975)
Outros	-	78.134
	1.578.771	1.593.988

d) Provisões Operacionais	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Prêmio de Aposentadoria	(4.321)	(2.592)	(224)	(77)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	49.567	54.613	-	(1.369)
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.089	(143)	(331)	(1.705)
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	11.373	2.647	1.737	744
Provisão para Contingências Jurídicas - Ações Cíveis	(13.047)	6.951	(20.129)	6.951
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis - Majoração Tarifária	143.447	(23.086)	(34.483)	(23.086)
Lucro Inflacionário	132	178	132	178
Outras Provisões	18.893	8.043	1.438	577
	207.133	46.611	(51.860)	(17.787)

e) Outras Despesas Operacionais Líquidas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Arrendamentos e Aluguéis	21.947	20.015	373	359
Propaganda e Publicidade	16.786	11.733	10	137
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.782	8.837	-	-
Subvenções e Doações	13.294	11.734	949	480
Taxa de Fiscalização da ANEEL	22.838	20.922	-	-
Taxa de Licenciamento - TFDR (*)	27.114	27.281	-	-
Concessão Onerosa	10.228	5.135	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	12.179	9.426	179	54
Seguros	6.197	2.688	684	75
Contribuição CCEE	2.463	2.397	2	1
FORLUZ - Custeio Administrativo	7.647	6.630	464	326
Outras Despesas	82.221	42.386	5.963	13.740
	228.696	169.184	8.624	15.172

(*) Taxa de Licenciamento para uso ou ocupação de faixa de domínio de rodovias

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	183.629	132.040	22.972	12.714
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	67.923	61.015	-	-
Variações Monetárias	-	-	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	69.623	49.004	-	-
Variações Cambiais	16.320	89.876	-	1
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(11.290)	(18.836)	(11.262)	(17.713)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	15.256	931	-	-
Rendas FIDC	-	-	24.638	18.413
Variação Monetária de Tributos a compensar	56.342	31.845	3.973	7.813
Outras	26.719	18.737	5.342	2.780
	424.522	364.612	45.663	24.008
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(497.709)	(350.021)	(3.650)	(4.863)
Variações Cambiais	(20.614)	(4.698)	(100)	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(70.912)	(6.049)	-	-
Variação Monetária – concessão onerosa	(21.224)	3.441	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(4.653)	(76.846)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(57.191)	(50.442)	(2.822)	(2.500)
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	(27.876)	(8.156)	(21.741)	(8.156)
Outras	(80.626)	(22.574)	(2.149)	(4.428)
	(780.805)	(515.345)	(30.462)	(19.947)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(356.283)	(150.733)	15.201	4.061

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	30/06/2009	30/06/2010	30/06/2009
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	173.220	202.306	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	3	21.889	1.627	10.146	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	110.347	917.054	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	-	5.715	2.661	668	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	56.345	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	1.450	1.700	-	-	41.843	38.863	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	212.941	207.792	309.549	292.464	(1.300.184)	(1.214.779)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.830.892	1.823.644	-	-	44.985	49.004	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	65.464	65.095	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	50.361	60.619	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	103.691	207.382	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	39.301	37.053	-	-	(2.248)	(2.031)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	911.777	951.006	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	16.787	14.479	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (8)	-	-	80.137	81.654	-	-	(73.532)	(63.379)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (8)	-	-	1.047.049	1.066.686	-	-	-	-
Outros	-	-	18.389	33.789	-	-	-	-
Pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(31.374)	(31.870)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(7.647)	(6.630)
Andrade Gutierrez SA								
Luz para todos – Circulante	-	-	6.671	-	-	-	-	-
Luz para todos – Não Circulante	10.817	-	526	-	-	-	-	-
Outros Créditos (11)	15.825	-	-	-	1.701	2.768	-	-
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	137.578	186.745	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	9.418	6.841	-	24	-	-	-	-

As principais condições, relativas aos negócios entre as partes relacionadas, estão descritas abaixo:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele, definido pela ANEEL por meio de Resolução, referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (2) As operações com ICMS, registradas nas Demonstrações Contábeis, referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade com a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios, em quotas seniores e subordinadas. Vide informações na Nota Explicativa nº 9;
- (4) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito, originário de venda de energia, para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;

- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante, de 30 de junho de 2010 foi ajustado a valor presente, conforme Nota explicativa nº 6;
- (6) Quotas seniores, de propriedade de Terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI, acrescido de 1,7% de juros ao ano. Vide informações na Nota Explicativa nº 9;
- (7) Financiamentos das Controladas Transleste, Transudeste e Transirapé, com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.), e da Transleste, em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- (8) Parte dos Contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte, reajustados, com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações na Nota Explicativa nº 18;
- (9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota explicativa nº 18) e calculadas sobre as remunerações mensais, em conformidade com o Regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão, em conformidade com a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (11) Valor a receber do Acionista, em decorrência da renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra de Ativos de Geração da LIGHT.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 30 de junho de 2010 e 30 de junho de 2009 é conforme segue:

	30/06/2010	30/06/2009
Remuneração	2.343	2.179
Participação nos Resultados	576	345
Benefícios Pós Emprego	170	6
Benefícios Assistenciais	37	64
Encargos	583	538
Total	3.709	3.132

Vide informações, referentes às principais transações realizadas, nas Notas Explicativas nºs 5, 6, 9, 18 e 22.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no

item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Recebíveis: encontram-se nesta categoria, o caixa e equivalentes de caixa, os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

Instrumentos financeiros	30/06/2010		31/12/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.754.516	3.754.516	4.424.959	4.424.959
Créditos com Consumidores	3.034.880	3.034.880	2.806.130	2.806.130
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	1.830.892	1.830.892	1.823.644	1.823.644
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	12.652.960	12.652.960	11.292.947	11.292.947
Instrumentos Derivativos	60.076	60.076	78.305	78.305

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real,

com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	30/06/2010	31/12/2009
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	210.295	229.393
(+/ -) Operações Contratadas de Hedge/swap	(50.581)	8.169
	<u>159.714</u>	<u>237.562</u>
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos – Euro (Nota 16)	14.472	18.722
Outros	3.047	3.151
Passivo Líquido Exposto	<u>17.517</u>	<u>21.873</u>
	<u>177.233</u>	<u>259.435</u>

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também por meio dos contratos de venda de energia a consumidores livres de longo prazo indexados a variação do dólar norte-americano. Esses contratos representam uma receita anual aproximadamente de US\$120 milhões.

Análise de sensibilidade

A Companhia com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário Provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2011 será de 1,69%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano	210.295	213.855	267.319	320.783
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)				
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(50.581)	(51.437)	(64.296)	(77.156)
	<u>159.714</u>	<u>162.418</u>	<u>203.022</u>	<u>243.627</u>
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)				
Euro	14.472	14.717	18.396	22.076
Outras	3.047	3.099	3.873	4.648
Passivo Líquido Exposto	<u>177.233</u>	<u>180.234</u>	<u>225.291</u>	<u>270.351</u>
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		(3.001)	(48.058)	(93.118)

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$42.691, em 30 de junho de 2010 (R\$49.677 em 31 de dezembro de 2009).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2010	31/12/2009	30/06/2010	31/12/2009
Ativos				
Aplicações Financeiras (Nota 4)	3.664.024	4.313.903	418.595	634.887
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 16)	(7.193.741)	(8.162.927)	(56.057)	(78.548)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(50.581)	8.169		-
	(7.143.160)	(8.154.758)	(56.057)	(78.548)
Passivo Líquido Exposto	(3.479.136)	(3.840.855)	362.538	556.339

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de junho de 2011 será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 10,25%	Cenário Provável SELIC 12,75%	Cenário Possível SELIC 15,9375%	Cenário Remoto SELIC 19,125%
Ativos				
Aplicações Financeiras (Nota 4)	3.664.024	4.131.187	4.247.978	4.364.769
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 16)	(7.193.741)	(8.110.943)	(8.340.243)	(8.569.544)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(50.581)	(57.030)	(58.642)	(60.255)
	(7.244.322)	(8.167.973)	(8.398.885)	8.629.799)
Passivo Líquido Exposto	(3.580.298)	(4.036.786)	(4.150.907)	(4.265.030)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(456.488)	(570.609)	(684.732)

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira onde mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da Economia Brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Uma das cláusulas restritivas não foi atendida em 30 de junho de 2010 e a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) dos credores (nota 16), de que não irão exigir o vencimento antecipado das obrigações.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

Risco de Liquidez

A CEMIG apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Os principais indicadores de “covenants” financeiros, em que se confrontam as exigências de dívida com a geração de caixa (EBITDA) no 2º trimestre de 2010, demonstram o perfil de liquidez da Companhia.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da CEMIG é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a CEMIG adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A CEMIG administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam uma perda em 30 de junho de 2010 no montante de R\$3.759 e R\$76.648 em 30 de junho de 2009, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de

vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em Reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão, Cemig Distribuição e Madeira Energia em 30 de junho de 2010.

Direito da Companhia e suas controladas	Obrigação da Companhia e suas controladas	Período de Vencimento	Mercado de negociação	Perda não realizada						Efeito Acumulado	
				Valor principal contratado		Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago
				30/6/2010	31/12/2009	30/6/2010	31/12/2009	30/6/2010	31/12/2009	30/6/2010	30/6/2010
Cemig Geração e Transmissão											
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	-	R\$75.000	-	86	-	86	-	(395)
Cemig Distribuição											
US\$ variação cambial + taxa(5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa(1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	Em 06/2013	Balcão	US\$28.077	US\$38.382	(59.928)	(79.305)	(61.099)	(78.305)	-	(22.327)
Madeira Energia											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	466	(3.149)	466	(3.149)	18.044	(11.378)
						(59.462)	(77.938)	(60.633)	(77.715)	18.044	(40.551)

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 30 de junho de 2010 é negativo em R\$1.435 (positivo em R\$2.623 em 30 de junho de 2009).

A contraparte da operação de derivativos da Cemig Distribuição e Madeira Energia é o banco Santander - ABN, e os contratos são de swap cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O primeiro instrumento derivativo descrito acima indica que a Cemig D está exposta à variação do CDI. A Companhia estima, com base nos seus consultores financeiros, que a taxa do CDI em 30 de junho de 2011 será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 30 de junho de 2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de junho de 2011 seria de 14,6875% e 17,625% respectivamente.

Quanto ao instrumento derivativo da coligada Madeira Energia não foi feita análise de sensibilidade, pois nessa operação não há aumento da exposição às taxas de juros nacionais, visto que sua obrigação é uma taxa de juros pré-fixada.

	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	50.581	57.030	58.642	60.254
Efeito Líquido da Variação da CDI		(6.449)	(8.061)	(9.674)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	50.581	51.437	64.296	77.156
Efeito Líquido da Variação do US\$		(856)	(13.716)	(26.575)
Efeito Líquido		(5.593)	5.654	16.901

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de junho 2010	Valor justo em 30 de junho de 2010		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	3.295.962	-	3.295.962	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	186.688	186.688	-	-
Passivos				
Contratos de Swaps	(60.076)	-	(60.076)	-

Metodologia de cálculo do valor justo

- O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

27. REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010

Revisão Tarifária - IRT 2010

Em 06 de abril de 2010, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram um impacto médio positivo de 1,67% a partir de 8 de abril de 2010.

Revisão Tarifária - valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda Revisão Tarifária da Companhia representou uma redução média de 19,62%, em comparação à redução média aplicada de forma provisória, em abril de 2008, no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da Revisão Tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, considerados por ela, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no Reajuste Tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

Os efeitos, no resultado, são relacionados, principalmente, à redução no valor da Empresa de Referência, utilizada como base para ressarcimento dos custos gerenciáveis da Companhia e, também, a uma revisão, pela ANEEL, no critério de cálculo do ressarcimento na tarifa dos ativos regulatórios financeiros, o que teve como consequência o desconto de valores, que, na visão da Agência reguladora, foram incluídos a maior no Reajuste Tarifário da Cemig D em 2008.

28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	30/6/2010		30/6/2009		30/6/2010		30/6/2009	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	8.973.806		8.541.523		159		187	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(49.567)		(54.613)		-		1.369	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.578.771)		(1.593.988)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(361.378)		(413.079)		-		-	
Serviços de Terceiros	(404.853)		(360.345)		(4.399)		(5.799)	
Gás Comprado para Revenda	(101.082)		(84.738)		-		-	
Materiais	(58.717)		(56.805)		(211)		(165)	
Outros Custos Operacionais	(410.135)		(145.689)		54.888		19.338	
VALOR ADICIONADO BRUTO	6.009.303		5.832.266		50.437		14.930	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(437.862)		(424.456)		(91)		(93)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	5.571.441		5.407.810		50.346		14.837	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		956.541		983.624	
Receitas Financeiras	433.390		414.376		45.663		24.008	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	6.004.831		5.822.186		1.052.550		1.022.469	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	631.796	10,52	765.942	13,16	19.826	1,88	22.619	2,21
Remuneração direta	478.241	7,96	526.635	9,05	13.589	1,29	12.528	1,23
Benefícios	123.483	2,06	109.941	1,89	4.496	0,43	6.127	0,60
FGTS	30.072	0,50	129.366	2,22	1.741	0,16	3.964	0,38
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	3.632.341	60,49	3.539.296	60,79	74.672	7,10	81.098	7,93
Federais	2.072.330	34,51	2.023.136	34,75	74.672	7,10	81.096	7,93
Estaduais	1.555.339	25,90	1.513.570	26,00	-	-	-	-
Municipais	4.672	0,08	2.590	0,04	-	-	2	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	813.514	13,55	583.710	10,02	30.873	2,93	20.332	1,99
Juros	789.673	13,15	565.109	9,71	30.462	2,89	19.947	1,95
Aluguéis	23.841	0,40	18.601	0,31	411	0,04	385	0,04
Remuneração de Capitais Próprios	927.180	15,44	933.238	16,03	927.179	88,09	898.420	87,87
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	34.818	0,60	-	-	-	-
Lucros Retidos	927.180	15,44	898.420	15,43	927.179	88,09	898.420	87,87
	6.004.831	100,00	5.822.186	100,00	1.052.550	100,00	1.022.469	100,00

29. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado e Controladora	
	30/06/2010	30/06/2009
RESULTADO DO PERÍODO	927.180	933.238
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(782)	833
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	451	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	926.849	934.071
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	926.849	934.071
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	-	34.818

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Encerramento de distribuição pública da primeira emissão de debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. registrou em 20 de julho de 2010 na CVM o encerramento da distribuição pública de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 34.500 debêntures da primeira série e 25.500 debêntures da segunda série, da 1ª emissão da Emissora, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, perfazendo o valor total de R\$600.000. A Oferta foi aprovada por Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 1º de junho de 2010.

b) Aquisição de participação acionária - Ativas

Em 8 de julho de 2010, a Cemig Telecom assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Ativas Participações S.A. (“Ativas Participações”), visando a compra de 9.804.900 ações ordinárias, representativas de 49% do capital votante da empresa Ativas, cujo objetivo social é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação, armazenamento de base de dados e site-backup, serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade, consultoria em TIC, conectividade com venda de acesso e banda internet, estando construindo para tanto um Data Center classificado na categoria

“Tier III” (Uptime Institute), para atendimento a médias e grandes corporações. O investimento inicial foi de R\$6.753 mil, equivalente a 6.753.615 ações ordinárias, sendo aumentado em R\$1,00 para cada ação pendente de integralização pela Ativas Participações S.A. até 31 de março de 2011, não sendo apurado ágio na aquisição.

c) Alteração na composição dos Conselhos de Administração e Fiscal

A Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG, realizada em 04 de agosto de 2010, alterou a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal da CEMIG, conforme quadro a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Sergio Alair Barroso	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Aécio Ferreira da Cunha	Adriano Magalhães Chaves
Francelino Pereira dos Santos	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Villela Paschoal	Cezar Manoel de Medeiros
Ricardo Coutinho de Sena	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Newton Brandão Ferraz Ramos
Eduardo Borges de Andrade	Ricardo Antônio Mello Castanheira
Otávio Marques de Azevedo	Renato Torres de Faria
Saulo Alves Pereira Junior	Tarcísio Augusto Carneiro

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drumond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura
Helton da Silva Soares	Rafael Cardoso Cordeiro

d) Aquisição de participação acionária Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”)

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), empresa na qual a sua subsidiária integral CEMIG GT possui 48% do capital votante, celebrou, em 06 de agosto de 2010, com a CYMI Holding S.A. (“CYMI”), também denominada como vendedora, um Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 49,99% do capital social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “NTE”), (ii) 49,90% do capital social da STE - Sul Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “STE”) e (iii) 40% do capital social da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. – IEMG (a

“IEMG”), todas concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

A TAESA pagou pela aquisição de participação nas Transmissoras o valor global de R\$275.470 mil. O preço da aquisição foi corrigido pela variação acumulada da SELIC entre as datas de celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e o dia útil imediatamente anterior à data da conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA estiveram sujeitas a ocorrência de diversas condições suspensivas, destacando-se: (i) não exercício, pelos demais acionistas das Transmissoras, de qualquer direito de preferência sobre as ações a serem adquiridas; (ii) aprovação pelas Assembleias Gerais de Acionistas da Vendedora e da TAESA, (iii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iv) aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Além disso, a operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), nos termos da Lei nº 8.884/94.

Nos termos dos acordos de acionistas firmados entre os atuais acionistas das Transmissoras, foi dado aos acionistas remanescentes o direito de venda conjunta (“tag along”) nas mesmas condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

e) Fundo de Investimento em Participações Redentor – FIP Redentor

Foi outorgada na Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG, datada de 24 de março de 2011, uma opção de venda ao Fundo de Investimento em Participações Redentor – FIP Redentor (“FIP Redentor”), que terá o direito de vender a totalidade das ações da Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), pertencentes ao FIP Redentor, ao final do 60º mês da data de subscrição das ações, mencionado na letra “m” desta nota. O valor do exercício corresponderá ao valor pago na subscrição das ações, adicionado a outros gastos para constituição e administração do fundo, atualizados pelo CDI + 0,9% a.a.

A Parati foi constituída com o objetivo de adquirir as ações representativas de 26,06% do capital votante da Light, detidas originalmente pelo FIP PCP e pela Enlighted. A CEMIG participará em até 25% da Parati, e os demais cotistas (Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Votorantim S.A., BB Banco de Investimento S.A. e BTG Pactual S.A.) a partir de 75%.

f) Reajuste Tarifário Da Cemig Distribuição De 2011

Em 08 de abril de 2011, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 6,04% a partir daquela data.

g) Aquisição de ações da Redentor Energia S/A. pela Parati S/A.

A Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), empresa controlada da Cemig, adquiriu em 12 de abril de 2011, 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor Energia S.A. (“Redentor”), pelo valor total de R\$403.350 mil, correspondendo a um preço por ação de R\$6,87.

Como a transação resultou na transferência do controle da Redentor, a Parati realizará oferta pública para a aquisição das ações remanescentes da Redentor, de acordo com os termos e condições do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 361/02, e do item 8.1 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado”), pelo mesmo preço por ação pago ao FIP-PCP (“OPA”).

Adicionalmente, a Parati poderá, dentro do prazo de um ano, realizar oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de companhia aberta da Redentor, bem como sua saída do Novo Mercado, sem que os acionistas da Redentor recebam a diferença, caso existente, entre o preço a ser pago na OPA e o preço a ser pago na oferta de que trata este parágrafo.

h) Novas Captações Cemig Distribuição

Em 20 de abril de 2011, a Companhia captou, junto ao Banco do Brasil, R\$410.000, representados por uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210.000, garantida por duplicatas escriturais de emissão própria, e, uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200.000, com aval de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. O recurso captado será utilizado no reforço do capital de giro e rolagem de dívidas da Companhia e serão liquidados até 2014. O montante captado por meio de cédula de crédito será liquidado em duas parcelas, sendo a primeira em 09 de abril de 2013 e a segunda em 04 de abril de 2014. O montante captado por meio de nota de crédito será liquidado, em parcela única, em 04 de abril de 2014.

i) Emissão de Debêntures da Light SESA

Em maio de 2011, a Light SESA concluiu sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$650.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.

As debêntures foram emitidas em 2 de maio de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 5 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + spread de 1,35% ao ano definido em processo de bookbuilding, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 2 de maio de 2016.

Em maio de 2011, a Light Energia concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$170.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.

As debêntures foram emitidas em 10 de abril de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 12 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + spread de 1,45% ao ano, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 10 de abril de 2016.

j) Aquisição de participação acionária - ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a TAESA adquire uma concessão e a participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo ABENGOA que aumentará a sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6% em termos de Receita Anual Permitida (RAP). Com a operação a TAESA se consolida como a maior transmissora privada com contratos do Novo Modelo, que são os outorgados a partir de 2000, com duração de 30 anos. A Companhia pagará por esta aquisição, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$1.099.224, referente à data-base de 31/12/2010.

k) Aquisição de participação na Light - Exercício de Opção

Em 07 de outubro de 2010, a Enlighted Partness Venture Capital LLC (“Enlighted”) exerceu a opção de venda de suas quotas no Luce LLC (“Luce”), à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ou a terceiro indicado por ela, objeto do Contrato de Opção de Venda de Quotas e Outras Avenças (“Opção”) celebrado em 24 de março de 2010 entre CEMIG e Enlighted.

Em 7 de julho de 2011, a PARATI S.A. – PARTICIPAÇÕES EM ATIVOS DE ENERGIA ELÉTRICA (“Parati”), Controlada em Conjunto da CEMIG, adquiriu 100% das participações na Luce, proprietária de 75% das quotas do LUCE BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (“FIP Luce”), que por sua vez é detentor indireto, através da LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., de 26.576.149 ações ordinárias de emissão da Light S.A. (Light), representando, aproximadamente, 9,77% do seu capital total e votante.

O valor pago à Enlighted pela referida aquisição foi de R\$515.946. Em decorrência desta transação e conforme previsto no Acordo de Quotistas do FIP Luce, a Fundação de Seguridade Social Braslight (“Braslight”), detentora dos 25% restantes das quotas do FIP Luce, passou a ter uma opção de venda de sua participação à Parati, que, caso fosse exercida, deveria ocorrer em um prazo máximo de 60 dias.

Em 15 de julho de 2011, a Parati, através da Luce, foi notificada pela Braslight, que exercerá a Opção de Venda (“Opção de Venda”) de sua participação de 25% no FIP Luce.

O valor a ser pago à Braslight pela referida aquisição será de R\$171.982, e a Parati terá o prazo máximo de 30 dias contados da data da notificação, para efetuar o pagamento, sem quaisquer ajustes.

O exercício das opções mencionadas não afeta a validade do acordo de acionistas atualmente vigente, celebrado em 30 de dezembro de 2009, disponível no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

O pagamento do valor do exercício e a transferência das ações da Parati estão condicionados à aprovação prévia da ANEEL.

I) Aquisição de participação acionária - Renova

A companhia, por meio da Ligth, aprovou em 09 de julho de 2011 uma parceria com a Renova Energia, empresa negociada em bolsa e que investe em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólicas. Com o negócio, de cerca de R\$ 400 milhões, a Ligth passará a deter 26% do capital total e 50% do bloco de controle da Renova.

31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010 (Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	12.050.560	14.571.935	9.575.155	2.422.930	880.303	855.852	343.116	194.535	153.165	664.274	(8.656.228)	33.055.596
Caixa e Equivalentes de Caixa	428.321	2.051.502	782.554	184.809	24.738	62.139	62.334	12.076	10.188	135.856	-	3.754.516
Contas a Receber	1.332.922	448.542	1.833.984	390.579	22.474	214.488	-	5.544	1.678	21.806	286.296	4.558.313
Outros Ativos	483.227	947.653	2.112.222	433.611	270.671	65.559	49.553	15.094	352	1.035	(58.672)	4.320.305
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	9.806.090	11.124.238	4.846.395	1.413.931	562.420	513.666	231.229	161.821	140.947	505.577	(8.883.853)	20.422.462
PASSIVO	12.050.560	14.571.935	9.575.155	2.422.930	880.303	855.852	343.116	194.535	153.165	664.274	(8.656.228)	33.055.596
Fornecedores e suprimentos	3.852	147.120	650.463	126.077	5.905	39.895	11.746	8.912	7.693	14.502	(80.533)	935.632
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	56.057	7.403.530	3.055.868	647.208	299.242	157.122	32.721	-	-	82.098	919.115	12.652.960
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	487.063	110.347	173.220	-	46.978	1.014	-	14.603	7.208	68.074	(421.444)	487.063
Obrigações Pós-Emprego	94.083	431.381	1.370.671	248.112	-	-	-	-	-	39.315	-	2.183.562
Outros Passivos	409.310	1.470.454	2.024.310	475.733	103.110	230.512	11.053	52.144	3.821	14.944	(189.514)	4.605.876
Patrimônio Líquido	11.000.196	5.009.104	2.300.622	925.800	425.068	427.310	287.596	118.876	134.442	445.342	(8.883.853)	12.190.503
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	159	1.830.949	3.397.256	623.259	100.673	147.552	48.427	22.403	17.435	85.063	(219.253)	6.053.923
Custos e Despesas Operacionais	9.712	(916.618)	(2.937.154)	(487.535)	(11.788)	(114.838)	(31.778)	(6.725)	(7.136)	(42.129)	219.253	(4.326.735)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(145.996)	(1.260.373)	(257.800)	-	-	-	36	(177)	(1.784)	87.322	(1.578.771)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(135.979)	(307.203)	(38.071)	-	-	-	-	(1.379)	(4.230)	125.484	(361.378)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(101.082)	-	-	-	(0)	-	(101.082)
Custo de construção	-	(45.214)	-	(56.788)	(716)	-	-	-	-	(4.750)	-	(107.467)
Pessoal	(19.161)	(146.069)	(388.212)	(21.155)	(3.295)	(7.579)	(4.045)	(506)	(596)	(2.612)	-	(593.230)
Participações dos Empregados no Resultado	(2.344)	(16.070)	(58.525)	(2.192)	-	129	1	(106)	(56)	(224)	-	(79.389)
Obrigações Pós-Emprego	(7.318)	(23.308)	(49.493)	(12.425)	-	-	-	-	-	(0)	-	(92.544)
Materiais	(211)	(9.336)	(44.737)	(3.213)	(181)	(626)	(86)	(127)	(73)	(126)	-	(58.717)
Serviços de Terceiros	(4.399)	(76.581)	(266.528)	(32.001)	(5.443)	(2.556)	(9.587)	(2.123)	(1.636)	(10.445)	6.446	(404.853)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(65.963)	(6.565)	-	-	-	-	(1.067)	(822)	(1.196)	-	(75.613)
Depreciação e Amortização	(91)	(184.188)	(187.654)	(34.807)	(836)	(3.116)	(15.301)	(2.782)	(2.198)	(6.889)	-	(437.862)
Provisões Operacionais	51.860	5.945	(233.947)	(22.713)	-	-	(21)	21	-	(8.277)	-	(207.133)
Outras Despesas Líquidas	(8.623)	(73.859)	(133.916)	(6.369)	(1.317)	(7)	(2.739)	(71)	(200)	(1.595)	-	(228.696)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	9.871	914.330	460.102	135.724	88.885	32.715	16.649	15.677	10.299	42.935	-	1.727.188
Resultado Financeiro Líquido	18.023	(221.235)	(74.874)	(8.546)	(15.614)	(54)	892	760	829	727	-	(299.092)
Resultado antes do IR e CSLL	27.894	693.095	385.229	127.178	73.272	32.661	17.542	16.438	11.128	43.662	-	1.428.096
Imposto de Renda e Contribuição Social	(57.255)	(214.826)	(127.330)	(49.712)	(12.126)	(10.347)	(5.924)	(5.577)	(1.016)	(16.804)	-	(500.916)
Resultado do Período	(29.361)	478.269	257.899	77.465	61.145	22.314	11.618	10.861	10.111	26.858	-	927.180

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, os resultados do 1º trimestre de 2010 e 2009 foram alterados para refletirem essas modificações.

Resultado do Período

A CEMIG apresentou, no primeiro semestre de 2010, um Resultado Consolidado de R\$927.180 em comparação ao Resultado Consolidado de R\$933.238 no primeiro semestre de 2009, uma redução de 0,65%.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG, no primeiro semestre de 2010, apresentou um crescimento de 8,27% em relação a 2009: R\$2.222.241 em 2010 comparados a R\$2.050.081 em 2009. Ajustado aos Itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta um aumento de 8,40%.

A variação do LAJIDA, no primeiro semestre de 2010, em comparação ao mesmo período de 2009, deve-se, principalmente, ao aumento de 4,62% na Receita Operacional Líquida, compensado parcialmente pelo aumento de 2,26% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da Depreciação e Amortização. A margem do LAJIDA passou de 35,33%, em 2009 para 36,71% em 2010.

Os principais efeitos, não recorrentes, que impactaram no LAJIDA são como segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, na Cemig Distribuição S.A., no montante de R\$177.592, decorrente de acordo referente à ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A., relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa, introduzido pelo DNAEE, durante o Plano Cruzado;
- Reconhecimento de Despesa com ICMS, referente à subvenção de desconto na tarifa de Consumidor de Baixa Renda, no montante de R\$25.702, em decorrência de adesão à Programa de Anistia, implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

- Registro de Provisão, em 2010 e 2009, nos valores de R\$25.379 e R\$190.698, respectivamente, referente ao Programa de Desligamento Voluntário, implementado pela Companhia.

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2010	30/06/2009	Var %
Resultado do Período	927.180	933.238	(0,65)
+ Provisão IR e Contribuição Social	500.916	541.654	(7,52)
+ - Resultado Financeiro Líquido	356.283	150.733	136,37
+ Amortização e Depreciação	437.862	424.456	3,16
= LAJIDA	2.222.241	2.050,081	8,40
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	177.592	-	-
+ ICMS Consumidor Baixa Renda	25.702	-	-
+ Programa de Desligamento voluntário - PDV	25.379	190.698	(86,69)
= LAJIDA AJUSTADO	2.450.914	2.240.779	9,38

Receita

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$7.207.333 no primeiro semestre de 2010 em comparação a R\$7.277.356 no primeiro semestre de 2009, uma redução de 0,96%.

Consumidores Finais

A Receita com energia vendida a consumidores finais foi de R\$6.450.521, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$6.065.130 no mesmo período de 2009. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- Aumento de 2,60% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- Reajuste tarifário, na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;
- Reajuste tarifário, na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral no primeiro semestre de 2010);
- Migração de clientes do Mercado cativo, que podem comprar de fontes incentivadas, tanto do setor Industrial quanto do Comercial;
- Aumento do preço médio, por MWh, da energia vendida para consumidores livres, principalmente, em função do reajuste anual de Contratos, na maior parte, indexados à variação do IGP-M;

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

(Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	Janeiro a Junho de 2010	Janeiro a Junho de 2009	Var %
Residencial	4.868.033	4.867.733	0,01
Industrial	11.628.653	11.132.465	4,46
Comércio, Serviços e Outros	3.066.015	3.097.434	(1,01)
Rural	1.111.073	976.569	13,77
Poder Público	519.498	526.023	(1,24)
Iluminação Pública	596.534	615.390	(3,06)
Serviço Público	654.505	659.398	(0,74)
Total	22.444.311	21.875.012	2,60

Receita com Suprimento

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias aumentou em 2,45%, sendo, entretanto verificada uma redução no preço médio de venda de energia, R\$103,71/MWh em 2010 na comparação com R\$115,84/MWh em 2009. Essa redução foi decorrente principalmente dos contratos de venda de energia através dos leilões de ajuste para as distribuidoras, realizados exclusivamente em 2009, com um preço médio de R\$145,00 por MWh. Dessa forma, ocorreu uma redução de 8,29% na Receita com Suprimento a outras concessionárias, R\$666.515 em 2010 na comparação com R\$726.522 em 2009. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias de energia foi de 6.426.910 MWh no primeiro semestre de 2010 comparados a 6.273.509 MWh no primeiro semestre de 2009.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$696.401 no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$598.663 no primeiro semestre de 2009, um aumento de 16,33%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor.

Receita de Uso da Rede de Transmissão

A Receita de Uso da Rede apresentou um crescimento de 96,15% correspondente a R\$370.138 (R\$755.115 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$384.977 no primeiro semestre de 2009).

Esta receita representa a disponibilização da rede de transmissão ao sistema interligado da Cemig GT e também das transmissoras controladas em conjunto, entre os quais destacamos o grupo de transmissoras conhecidas como TBE e Taesa.

O aumento nesta receita em 2011 decorre principalmente da aquisição de participação na Taesa em outubro de 2009 através de oferta pública de ações, o que impactou favoravelmente na consolidação dessas receitas no primeiro semestre de 2011.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.919.883, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$2.739.044 no primeiro semestre de 2009, um aumento de 6,60%. As principais variações nos impostos e encargos são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R\$225.071, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$151.680 no primeiro semestre de 2009, representando um aumento de 48,39%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de Transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$209.709, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$204.677 no primeiro semestre de 2009, um aumento de 2,46%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, no primeiro semestre de 2010, foram de R\$4.269.544 comparados a R\$4.176.854 no primeiro semestre de 2009, um aumento de 2,22%. Este resultado decorre, principalmente, dos aumentos nas provisões operacionais e parcialmente, pela redução na Despesa com Pessoal.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.578.771, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$1.593.988 no primeiro semestre de 2009, representando uma redução de 0,95%. Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no primeiro semestre de 2010, foi de R\$361.378 comparados a R\$413.079 no primeiro semestre de 2009, uma redução de 12,52%.

Esta Despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Pessoal

A Despesa com Pessoal, no primeiro semestre de 2010, foi de R\$593.230, comparados a R\$757.316 no primeiro semestre de 2009, uma redução de 21,67%. Este resultado decorre, substancialmente, da Despesa com PDV, reconhecida no primeiro semestre de 2009, no montante de R\$190.698 contra R\$25.379 no mesmo período de 2010,

associado à redução da quantidade de empregados, que passou de 10.144, em junho de 2009, para 9.341 em junho de 2010.

Depreciação/Amortização

A Despesa com Depreciação e Amortização apresentou um aumento de 3,16%, na comparação, entre os períodos: R\$437.862 no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$424.456 no primeiro semestre de 2009. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento do Ativo Imobilizado, em decorrência de novos investimentos feitos nos Programas Clarear, Cresce Minas e Luz para Todos.

Obrigações Pós-emprego

A Despesa com Obrigações Pós-emprego foi de R\$35.353 no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$64.791 no primeiro semestre de 2009, representando uma redução de 45,44%. Estas Despesas representam, basicamente, os juros incidentes sobre as Obrigações Atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos Planos, estimados por Atuário externo.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$207.133, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$46.611 no primeiro semestre de 2009, um aumento de 344,39%. Este resultado decorre, substancialmente, da celebração de Acordo, para encerrar Processo judicial, com consumidor industrial, referente ao reajuste tarifário, determinado pela portaria DNAEE 045/86. O valor de R\$177.592 está provisionado em maio de 2010.

Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$101.082, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$84.738 no primeiro semestre de 2009. Um aumento de 19,29%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados. Consequência de maior operação das Usinas térmicas, clientes da Gasmig, no 1º semestre de 2010.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado, no primeiro semestre de 2010, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$356.283, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$150.733 no primeiro semestre de 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

Aumento na Receita com aplicações financeiras: R\$183.629, no primeiro semestre de 2010, em comparação a R\$132.040 no primeiro semestre de 2009. Uma variação de 39,07%, decorrente de maior volume de recursos aplicados em 2010;

Aumento na Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$497.709, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$350.021 no primeiro semestre de 2009. Este aumento decorre da entrada de novos recursos de financiamento, destacando-se a emissão pela Cemig Geração e Transmissão, em outubro de 2009, de Notas Promissórias (“Commercial Papers”), no montante de R\$2.700.000, liquidadas em março de 2010, e da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures, em março de 2010, no mesmo valor, utilizadas na liquidação das Notas Promissórias;

Aumento na Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional: R\$70.912 no primeiro semestre de 2010 comparados a R\$6.049 no primeiro semestre de 2009. Este aumento decorre, substancialmente, do maior volume de recursos captados e da variação dos índices inflacionários, indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia, principalmente o IGPM que passou de uma variação negativa de 1,24%, no primeiro semestre de 2009, para uma variação positiva de 5,68% no mesmo período de 2010.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no primeiro semestre de 2010, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$500.916 em relação ao lucro de R\$1.428.097, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 35,08%. No primeiro semestre de 2009, a CEMIG apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$541.654 em relação ao lucro de R\$1.474.892, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 36,72%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 07 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2010 E 2009

	Segundo Trim/2010	Segundo Trim/2009
RECEITA	3.176.270	2.910.657
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal (a)	298.687	453.763
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	43.259	45.645
Obrigações Pós-emprego	7.448	33.505
Materiais	30.466	30.546
Serviços de Terceiros (b)	226.632	200.697
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	860.830	783.003
Depreciação e Amortização	223.958	212.808
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	34.108	36.766
Provisões (Reversão) Operacionais (d)	183.985	-6.876
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	174.457	202.797
Gás Comprado para Revenda	51.601	45.493
Custos de Construção	50.674	29.794
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	156.104	110.523
	2.342.209	2.178.464
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro Líquido	834.061	732.193
Resultado de Equivalência Patrimonial		
Resultado financeiro líquido	(226.837)	(50.789)
Resultado antes dos Impostos	607.224	681.404
Imposto de Renda e Contribuição Social	(208.986)	(199.635)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.876	(9.836)
RESULTADO DO PERÍODO	407.114	471.933

Lucro do Trimestre

A CEMIG apresentou, no segundo trimestre de 2010, um Resultado de R\$407.114, em comparação ao Resultado de R\$471.933 no segundo trimestre de 2009, uma redução de 13,73%.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG, no segundo trimestre de 2010, apresentou um aumento de 8,71% na comparação com o mesmo período de 2009. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta um aumento de 9,41%.

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var %
Resultado do Período	407.114	471.933	(13,73)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	200.110	209.471	(4,47)
- Resultado Financeiro Líquido	226.837	50.789	346,63
+ Amortização e Depreciação	223.958	212.808	5,24
LAJIDA	1.058.019	920.626	14,92
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	177.592	-	-
+ ICMS consumidor Baixa Renda	25.702	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV/PPD	14.246	192.918	(92,62)
= LAJIDA AJUSTADO	1.275.559	1.113.544	14,55

Os eventos não recorrentes que afetaram o LAJIDA em 2010 e 2009 são como segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, na Cemig Distribuição S.A., no montante de R\$177.592, decorrente de Acordo, referente à Ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A., relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa, introduzido pelo DNAEE, durante o Plano Cruzado;
- Reconhecimento de Despesa com ICMS, referente à subvenção de desconto, na tarifa de consumidor de baixa renda, no montante de R\$25.702, em decorrência de adesão a programa de anistia implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- Registro de Provisão, em 2010 e 2009, nos valores de R\$14.246 e R\$192.918, respectivamente, referente ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia.

Receita

	Consolidado IFRS	
	Segundo trim/10	Segundo trim/09
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	3.741.840	3.645.174
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	361.359	324.608
Receita de Uso da Rede de Transmissão (b)	437.240	180.854
Outras Receitas operacionais (c)	162.578	142.259
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(1.526.747)	(1.382.238)
Receita Operacional Líquida	3.176.270	2.910.657

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %	Segundo Trim/10	Segundo Trim/09	Var. %
Residencial	2.518.012	2.421.497	3,99	1.211.477	1.116.182	8,54
Industrial	6.040.712	5.538.838	9,06	981.713	916.748	7,09
Comércio, Serviços e Outros	1.593.513	1.530.866	4,09	701.500	672.911	4,25
Rural	607.873	521.051	16,66	154.269	135.220	14,09
Poder Público	289.769	267.399	8,37	125.775	115.208	9,17
Iluminação Pública	309.525	304.096	1,79	78.474	75.321	4,19
Serviço Público	344.898	332.335	3,78	100.556	96.583	4,11
Subtotal	11.704.302	10.916.082	7,22	3.353.764	3.128.173	7,21
Consumo Próprio	13.617	12.841	6,04			
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	32.762	35.460	(7,61)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	(5.781)	22.644	-
	11.717.919	10.928.923	7,22	3.380.745	3.186.277	7,81
Suprimento a Outras Concessionárias	3.189.832	3.525.472	(9,52)	335.388	456.665	(26,56)
Transações com Energia na CCEE	1.853.463	450.841	311,11	23.941	2.233	972,15
Venda PROINFA	7.299	-	-	1.765	-	-
Total	16.768.513	14.905.236	12,50	3.741.840	3.645.174	2,65

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

A Receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.741.840, no segundo trimestre de 2010, em comparação a R\$3.645.174 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 2,65%.

Os principais impactos, na Receita de 2010, decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário, com impacto médio nas tarifas dos consumidores, de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;
- Aumento de 7,22% no volume de energia faturada a consumidores finais, excluindo consumo próprio.

A quantidade de energia vendida a outras Concessionárias reduziu em 9,52%, sendo, ainda, verificada uma redução no preço médio de venda de energia, R\$105,14/MWh, no segundo trimestre de 2010, na comparação com R\$129,54/MWh no segundo trimestre de 2009. Esta redução foi decorrente principalmente dos contratos de venda de energia através dos leilões de ajuste para as distribuidoras, realizados exclusivamente em 2009, com um preço médio de R\$145,00 por MWh. Desta forma, a Receita com suprimento a outras Concessionárias apresentou uma redução de 26,56%: R\$335.388, no segundo trimestre de 2010, na comparação com R\$456.665 no segundo trimestre de 2009.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$361.359 no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$324.608 no segundo trimestre de 2009, um aumento de 11,32% que reflete a maior atividade industrial em 2010. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor.

Receita de Uso da Rede de Transmissão

A Receita de Uso da Rede apresentou um crescimento de 141,76% correspondente a R\$256.386 (R\$437.240 no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$180.854 no segundo trimestre de 2009).

Esta receita representa a disponibilização da rede de transmissão ao sistema interligado da Cemig GT e também das transmissoras controladas em conjunto, entre os quais destacamos o grupo de transmissoras conhecidas como TBE e Taesa.

O aumento nesta receita em 2011 decorre principalmente da aquisição de participação na Taesa em outubro de 2009 através de oferta pública de ações, o que impactou favoravelmente na consolidação dessas receitas no segundo trimestre de 2010.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

As deduções à Receita Operacional foram de R\$1.526.747, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$1.382.238 no segundo trimestre de 2009, um aumento de 6,60%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

A dedução à Receita referente à CCC foi de R\$126.119, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$55.460 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 127,41%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de Transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à Receita, referente à CDE, foi de R\$99.533, no primeiro semestre de 2010, comparados a R\$102.770 no primeiro semestre de 2009, uma redução de 3,15%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$2.342.209, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$2.178.464 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 7,52%. Este resultado deve-se, principalmente, à provisão de R\$177.592, decorrente de Acordo com Grande Consumidor industrial, no segundo trimestre de 2010 e do maior custo com compra de

energia elétrica para revenda, compensado parcialmente pela redução na despesa com pessoal.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A Despesa com Pessoal, no segundo trimestre de 2010, foi de R\$298.687, comparados a R\$453.763 no segundo trimestre de 2009, uma redução de 34,18%. Este resultado decorre, substancialmente, da Despesa com PDV, reconhecida, no segundo trimestre de 2009, no montante de R\$192.918 contra R\$14.246 no mesmo período de 2010, associado à redução da quantidade de empregados que passou de 10.144, em junho de 2009, para 9.341 em junho de 2010.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$860.830, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$783.003 no segundo trimestre de 2009, representando um aumento de 9,94%. Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no segundo trimestre de 2010, foi de R\$174.457 comparados a R\$202.797 no segundo trimestre de 2009. Uma redução de 13,97%.

Esta Despesa refere-se aos encargos devidos, pelos Agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 22 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Obrigações Pós-emprego

A Despesa com Obrigações Pós-emprego foi de R\$7.448, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$33.505 no segundo trimestre de 2009, representando uma redução de 77,77%. Estas Despesas representam, basicamente, os juros incidentes sobre as Obrigações Atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos Planos, estimados por Atuário externo.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais corresponderam a uma Despesa de R\$183.985, no segundo trimestre de 2010, comparada a um estorno de despesa de R\$6.876 no segundo trimestre de 2009. Esta variação decorre, principalmente, da celebração de Acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial, referente ao Reajuste Tarifário, determinado pela Portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$177.592 provisionados em maio de 2010.

Resultado Financeiro Líquido

As despesas financeiras líquidas foram de R\$226.837 mil no segundo trimestre de 2010 na comparação com R\$50.789 no segundo trimestre de 2009, uma variação de 346,63%. Os principais fatores que explicam a variação no Resultado Financeiro dos trimestres comparados são como segue:

Aumento na Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$266.675 no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$150.212 no segundo trimestre de 2009. Este aumento decorre da entrada de novos financiamentos, principalmente, da captação de recursos pela Cemig Geração e Transmissão, por meio de emissão de debêntures, em março de 2010, no valor de R\$2.700.000;

Aumento na Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional: R\$38.937, no segundo trimestre de 2010, comparados a R\$2.233 no segundo trimestre de 2009. Este aumento decorre, substancialmente, do maior volume de recursos captados e da variação dos índices inflacionários, indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia, principalmente o IGPM, que passou de uma variação positiva de 1,15%, no primeiro semestre de 2009, para uma variação positiva de 1,53% no mesmo período de 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no segundo trimestre de 2010, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$200.110 em relação ao lucro de R\$607.224, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,95%. No segundo trimestre de 2009, a Companhia apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$209.471, em relação ao lucro de R\$681.404, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 30,74%.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Relações com Investidores

No ano de 2009, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder da sua indústria.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor nos nossos papéis.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 15º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- Endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- Relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- Saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- Montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- Investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores às previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- Manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- Endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- Relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;

- Saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 25 vezes durante o ano de 2009 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 29 de abril de 2009, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2010.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- Deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- Autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- Aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê Financeiro; e,
6. Comitê de Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por nove membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2012.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2009 foram realizadas 59 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página na internet: <http://ri.cemig.com>.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2009, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- Um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- Um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- Três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção

permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2008, bem como validado o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av. Barbacena 1200 SA/17°/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgado entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://ri.cemig.com.br>.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30 DE JUNHO DE 2010

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (mil)	%	AÇÕES PREFERENCIAIS (mil)	%	TOTAL DE AÇÕES (mil)	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	50,96	-	0,00	151.993.292	22,27
Outras Entidades do Estado	40.197	0,01	7.057.472	1,84	7.097.669	1,00
Total Controlador	152.033.489	50,97	7.057.472	1,84	159.090.961	23,31
AGC Energia S/A	98.321.592	32,96	-	0,00	98.321.592	14,41

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	30 de junho de 2010		30 de junho de 2009	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	152.033.489	7.057.472	138.212.264	6.415.884
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8.687	481	7.899	438
Adriano Magalhães Chaves	1	-	1	-
Aécio Ferreira da Cunha	1	-	-	-
André Araújo Filho	1	-	1	-
Andréa Leandro Silva	7	-	7	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	1	-	-	-
Britaldo Pedrosa Soares	1	-	1	-
Cezar Manoel de Medeiros	1	-	1	-
Clarissa Della Nina Sadock Accorsi	1	-	-	-
Djalma Bastos de Moraes	-	55	-	50
Evandro Veiga Negrão de Lima	8.413	-	7.649	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	424	-	386
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	11	-	10	-
Jeffery Atwood Safford	1	-	1	-
João Camilo Penna	1	1	1	1
José Castelo Branco da Cruz	1	-	1	-
Lauro Sergio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	1	-	1	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	1	-
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	96	1	88	1
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	139	-	127	-
Sérgio Alair Barroso	1	-	1	-
Thomas Anthony Tribone	1	-	1	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30 de junho de 2010		30 de junho de 2009	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	9	479	9	436
Djalma Bastos de Moraes	-	55	-	50
Arlindo Porto Neto	1	-	1	-
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	424	-	386
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	6	-	6	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Márcio Augusto Vasconcelos Nunes	-	-	-	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.06.2010	146.227.483	49,03	376.795.562	98,09	523.023.045	76,64
30.06.2009	132.934.068	49,03	342.541.418	98,09	475.475.486	76,64

(*) As alterações nas quantidades de ações foram decorrentes do evento societário ocorrido no exercício de 2010.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“Companhia”) compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, e nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas, compreendendo o balanço patrimonial consolidado e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, ambas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, as quais incluem as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. As revisões das Informações Trimestrais de certas controladas em conjunto da Companhia, cujos investimentos foram avaliados pela equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso relatório de revisão especial no que se referem ao valor desses investimentos no montante de R\$486,4 milhões em 30 de junho de 2010, representando 3,7% do ativo total, e a participação desses investimentos no resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2010 totalizou R\$27,6 milhões de lucro, representando 3,0% do resultado do período, e, no que se refere ao consolidado, ativos totais proporcionais de R\$1.706,0 milhões em 30 de junho de 2010, representando 5,2% dos ativos totais proporcionais, está baseado exclusivamente nos relatórios de revisão especial desses outros auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais individuais da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento também, de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, e suas controladas acima referidas para que estas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das Informações Trimestrais individuais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº2. As presentes Informações Trimestrais individuais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente apresentadas pela Companhia em 07 de outubro de 2010, incluindo nosso relatório de revisão datado de 13 de agosto de 2010. As Informações Trimestrais individuais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia e suas controladas passaram a apresentar a partir do exercício de 2010, suas Informações Trimestrais consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo IASB. As Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e suas controladas correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, preparadas de acordo com o mencionado padrão contábil internacional, estão sendo apresentadas para fins de comparação.

7. Conforme descrito nas notas explicativas nº 14 e 19, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operação de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparadas e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de junho de 2010, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

8. A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 30 de junho de 2010 totalizavam R\$4.575,2 milhões e a reversão do passivo a descoberto no montante de R\$166,4 milhões, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o segundo semestre de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$457,5 milhões no ativo imobilizado e R\$16,6 milhões do passivo a descoberto, respectivamente.

9. Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão sobre as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais dessa Companhia e suas controladas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração consolidada do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esta informação complementar esteja apresentada de forma condizente com as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0